

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - MEDICAMENTOS		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 0180/00	DATA: 22/03/00
INÍCIO: 14h	TÉRMINO: 16h48min	DURAÇÃO: 2h48min
PÁGINAS: 73		QUARTOS: 35
REVISORES: GASPAR, LIZ, MARIA TERESA, PATRÍCIA		
SUPERVISORES: LÍVIA, MARIA LUIZA, AMANDA		
CONCATENAÇÃO: AMANDA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
NICOLAU CURY - Sócio-Gerente da Distribuidora Mercantil Farmed.
GILBERTO MAIA FILHO - Presidente da Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.
OBSERVAÇÕES
Tradução <i>ipsis verbis</i> . Há palavras ininteligíveis. Há palavra inaudível. Há oradores não identificados. Há intervenções inaudíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número legal e regimental, declaro abertos os trabalhos da 39^a reunião desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópias das atas da 38^a reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da sua leitura. Está dispensada a leitura e está em discussão. Como ninguém quer discuti-la, vou colocá-la em votação. (*Pausa.*) Aprovada. Expediente: carta da distribuidora Genésio A. Mendes e Cia., encaminhando planilhas com a variação dos preços dos 25 medicamentos mais vendidos; fax do laboratório Boehringer Ingelheim, informando da disposição de atender à solicitação da CPI, quanto ao envio de planilhas de custo de medicamentos; Ofício nº 58, do Batalhão de Polícia Rodoviária do Estado de Mato Grosso, informando que não foi registrada nenhuma ocorrência de roubo ou transporte de medicamentos falsificados em rodovias daquele Estado; fax do Laboratório BYK, de 21.03, encaminhando planilha de custo do medicamento Estreva; carta do Laboratório Biolab, de 21.03, informando que o seu representante, na tomada de depoimento marcada para o dia 23, quinta-feira, será o Sr. Dante Alario Júnior, Diretor-Presidente. Informo que as cópias dos documentos anunciados estão sendo distribuídas aos Srs. Deputados. Recebemos ainda, e estão à disposição dos Srs. Deputados, Ofícios nº 427 e nº 431, do Banco Central, encaminhando os documentos referentes aos 21 laboratórios que tiveram o sigilo bancário quebrado. Os dados são oriundos das seguintes entidades: Banco Barclays e Galícia, Minas Gerais, Banco de Crédito Nacional, Banco do Estado do Amazonas, Banco Schahin, Banco Zogbi, Cotação DTVM, Fiat Leasing Arrendamento Mercantil, UNIBANCO e BRADESCO e Banco Industrial. Esses documentos são aquelas caixas. Ontem, os senhores viram, tinha um monte enorme, eram bem maiores. Hoje, estão estas aí chegando. Ofício do Banco Central encaminhando os documentos referentes aos 21 laboratórios que tiveram o sigilo bancário quebrado. Bom, antes de passar à Ordem do Dia, eu queria comunicar à Casa e pedir a aprovação de um requerimento que vou distribuir aos Srs. Deputados, em que eu me dirijo ao Sr. Secretário da Receita Federal pedindo maiores esclarecimentos a respeito de superfaturamento, remessa para o exterior, cruzamento de dados. Eu queria dar conhecimento desse requerimento e pedir, desde logo, a aprovação. Eu vou distribuir cópias aos Srs. Deputados. Esse requerimento não só submeti a toda a assessoria, como o Sr. Relator e sua

assessoria, hoje pela manhã, também o examinaram e o consideram importante. É uma medida administrativa, mas eu quero considerá-la aprovada para efeitos, todos os efeitos legais.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, para explicações, Sr. Presidente. Esse requerimento é uma corroboração daquele pedido anterior que já tinha sido feito à Receita?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Aquele pedido já foi formulado e todos os pedidos. Eu não sei se veio resposta. Se V.Exa. me der o requerimento, eu vou saber.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não. Não. Só porque nós pedimos já isso. É só... É uma recobrança. Seria isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não. Não é uma recobrança. É um pedido bem mais amplo. Agora, eu peço à Secretaria que me veja o requerimento do nobre Deputado. E se não veio a resposta, vamos cobrar hoje. Pode ocorrer que tenhamos aqui mais informações. É um requerimento, é um expediente bem mais extenso, está bom? Bem, o...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, Sr. Presidente, só pela oportunidade, eu queria lembrá-lo também daquele requerimento que nós pedimos os balanços das empresas e que a Receita Federal nos respondeu dizendo que não poderia fornecer em função do sigilo bancário. Lembra-se disso? Acho que conviria também, já que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço que me traga... me traga, me traga os elementos, e logo depois nós examinaremos isso, Deputado, tá?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não tenho presente.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá. Então vou te dar a palavra. Eu queria também comunicar aos Srs. Deputados que hoje pela manhã nós fizemos uma reunião na sala 129, como eu havia convocado, e tivemos a honra de receber a maioria dos Srs. Deputados. Nesta reunião nós tomamos uma série de medidas administrativas, e entre as quais já ficou marcada uma outra reunião para amanhã, às 14 horas. O Sr. Relator, todos os Sub-Relatores e todos os Srs.

Deputados que desejam, entendeu, se agregar a esse trabalho. Hoje de manhã também foram aprovadas algumas sugestões. Uma sugestão do Deputado Magela, do Deputado Arlindo Chinaglia, no sentido de que os Deputados pudessem se agrupar nas sub-relatorias etc., para intensificar esse trabalho. Também foi aprovada uma sugestão; depois de ouvir muitos Deputados, eu sintetizei em seis itens. Seriam seis grandes temas sobre os quais nós vamos ver o que que nós precisamos. O Relator vai ver o que precisa ouvir, o que não precisa, que informações precisam ser tomadas ou não, que seriam... e que nós vamos trabalhar amanhã em cima disso. Seriam: preço, superfaturamento, e tudo que diz respeito a isso, que é o primeiro item da CPI. Preço, superfaturamento e todas essas coisas que envolvem o comércio de medicamentos no sentido da sua averiguação de preços. Segundo, o problema das distribuidoras: distribuidoras, farmácias, custos de distribuição, roubo de cargas, receptação, falsificação de medicamentos e outras medidas desta ordem. Depois, o terceiro item seria a revisão da legislação, as propostas que o Sr. Relator tem, se há necessidade de ouvir mais pessoas ou não. Seria a revisão da legislação sobre Vigilância Sanitária, Secretaria de (*ininteligível*) Econômico, Direito Econômico, CADE e tudo o mais; se é preciso mexer, aperfeiçoar, estruturar, modificar, criar ou construir. O quarto item é o problema dos medicamentos dos genéricos; aprofundar isso. Eu acho que os genéricos estão aí, vocês viram depoimentos de laboratórios, sobretudo os nacionais, que os medicamentos estão aí em grande parte pelo esforço também desta Comissão. E nós precisamos aprofundar isso para assegurar realmente, ver o que está faltando, o que precisa. E isso tem um pouco de conexão com o outro... Quer dizer, o que nós precisamos saber é se esses laboratórios, para produzir, precisam de mais financiamento, se precisam de isenção, que política nós devemos fazer, e mais, construir uma política em cima disso, mais consistente, além do que temos; e se preciso for, revisar a Legislação. Quinto item é examinar o papel dos laboratórios públicos no País. Qual é a função que eles terão: produzir medicamentos, fiscalizar a qualidade dos medicamentos, fornecer planilha de custos, analisar genéricos, quando e onde, em que locais do País, quem serão esses laboratórios, qual a percentagem, que recursos eles precisam, orçamentários ou não, de BNDES e tal. E o sexto item seria uma política nacional de medicamentos, entendeu? Que são esse problema de genéricos também, de laboratórios públicos, mas também o estímulo à produção de medicamentos no País, através de laboratórios nacionais

ou internacionais, para reduzir essa dependência dolorosa que nós estamos tendo crescentemente. Quando nós pensamos em superfaturamento, nós vamos querer saber se aquele superfaturamento, se o aumento da despesa internacional ou de divisas nossa é porque importamos mais ou porque pagamos mais pelo mesmo medicamento, e por aí vai afora. Então, esse quinto item engloba também a idéia de pesquisa das matérias primas que nós temos: flora, fauna etc. etc. etc. Então, são os grandes temas. O Relator, os Deputados e Sub-Relatores, eu vou me reunir junto, nós vamos dar uma sugestão. Está mantida amanhã, está mantida amanhã a convocação de manhã do Dr. Gazolla. Também se decidiu que, com as denúncias do Padre Linhares e do Alceu, com as denúncias da Secretaria do Rio Grande do Sul, a Secretaria do Dr. Jaeger, Secretaria de Saúde e o Secretário, aquele problema de matéria prima, com o que nós vamos ouvir do Dr. Gazolla, amanhã, seguramente, nós já teremos três concorrências. Vamos ver quem participa, como participam, por que essas disparidades. Lá, uma concorrência que baixou para 40%; quer dizer, abatimento de 60%. No Rio, até de 96%; e lá no Rio Grande do Sul, aumento dos preços etc. Então, esses são os grandes temas que a gente vai enriquecer; cada um vai ver. Penso que nós, para a semana que vem, não temos ainda nenhuma sugestão. Eu vou examinar os requerimentos que têm, tem uma pilha enorme, os Srs. Deputados têm, pra saber se é a semana que vem. Mas amanhã de manhã vamos ouvir de manhã, e de tarde vamos fazer essa reunião. Acho que,, sob certa forma, estamos conciliando. Trabalhamos mais. Também melhoramos substantivamente as assessorias, tomamos providências nesse sentido, e que serão objeto de discussão amanhã. Agora eu queria ouvir o Relator, que esteve na cidade de São Paulo, sobre aquele problema, juntamente com o Deputado Arlindo Chinaglia e outros Srs. Deputados — Fernando Zuppo e não sei quem mais; Deputado Robson Tuma — sobre o relatório que ele deseja apresentar, porque é uma questão que todo mundo está perguntando se nós vamos examinar os requerimentos que têm sobre aquele episódio. Com a palavra o Relator, nobre Deputado Ney Lopes.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Subcomissão designada por este Plenário esteve na cidade de São Paulo, na última sexta-feira, com o objetivo de manter um contato com o Ministério Público do Estado de São Paulo sobre um ponto básico, que foram as denúncias da Sra. Nicéa Pitta acerca de compras superfaturadas do programa PAS da Secretaria de Saúde

do Município de São Paulo. Ficou decidido aqui que faríamos uma triagem, uma espécie de uma triagem inicial, para conhecermos a prova indiciária, os elementos, os fatos descritos no depoimento reservado da Sra. Nicéa Pitta. É bom destacar isso, porque eu já ouvi muitas indagações sobre o que é que tem a ver a CPI de Medicamentos com o problema das denúncias de São Paulo. Nós não fomos lá para apreciar nem para saber nenhuma informação que não fosse ligada a medicamentos, ou seja, suposto superfaturamento ocorrido em compras públicas na Secretaria de Saúde do Município de São Paulo. Fomos muito bem recebidos pelo Procurador-Chefe, Dr. Durand. Chamou todos os assessores, fizemos as indagações que desejamos fazer. Acredito que todos os colegas que estavam presentes ficaram satisfeitos. Recebemos o inteiro teor do depoimento da Sra. Nicéa Pitta, o que, aliás, não era mais nenhuma novidade reservada, porque já havia sido publicado pela **Folha** e outros jornais de grande circulação no País. Diante desses fatos, Sr. Presidente, levanta-se a apreciação que temos que fazer nesta oportunidade, até porque trata-se de um assunto da mais absoluta urgência, dos requerimentos que estão sobre a Mesa, no sentido de ser convocada a Sra. Nicéa Pitta, do Deputado Arlindo Chinaglia, né? Seria só a Sra. Nicéa Pitta, né?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - De minha parte, apresentei três requerimentos ou quatro. A D. Nicéa, o Dr. Jorge Pagura, o Dr. Vicente Delamanha, que é o diretor a quem ela atribui as primeiras denúncias de corrupção referentes ao PAS, e também o chefe de gabinete, que não me ocorre o nome agora, do Dr. Jorge Pagura.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Aliás, Sr. Presidente, eu omiti um fato aqui da maior importância e que, inclusive, do ponto de vista da opinião pública, ficou muito evidente o zelo com que esta Comissão desempenhou sua função em São Paulo, é que, na véspera da nossa audiência com o Ministério Público, anunciou-se — mas não tinha nem saído ainda na imprensa — denúncia formal de um Vereador de São Paulo, do PT de São Paulo; é Dr. Néder, Carlos Néder. E eu logo me apressei, procurei o Vereador, não falei com ele, mas falei com seu chefe de gabinete. Ele aliás registrou isso publicamente, solicitando todas as informações e todos os elementos materiais que ele tivesse sobre este superfaturamento, o que deu uma demonstração de que o trabalho foi um trabalho harmonizado com a própria realidade do local do Estado de São Paulo. Bem, sobre os requerimentos, evidente, depois de descritos os fatos, eu posso passar, Sr. Presidente, a uma

opinião, um parecer sobre o requerimento do Deputado Arlindo Chinaglia. Eu opino favoravelmente a que se colha o depoimento do Dr. Pagura, do Dr. Delamanha e do Chefe de Gabinete do Dr. Pagura. Opino contrariamente a que se colha o depoimento da Sra. Nicéa Pitta, e explico: não me parece muito sério a esta Comissão querer ouvi-la, quando, há menos de uma semana ou quase uma semana, ela já disse tudo que sabia e pôde dizer, num depoimento reservado a uma equipe do Ministério Público. Eu não vejo como, num pequeno espaço de tempo, a Sra. Nicéa Pitta ser constrangida, certamente, a vir a esta Comissão para dizer o que que possa interessar a preço de medicamentos. Eu acho que isso poderia significar para a Comissão uma busca de sensacionalismo, de holofotes, que não condiz com a tradição dos trabalhos desta Casa, em que pese respeitar, evidentemente, a opinião majoritária da Comissão. Mas acho que a Sra. Nicéa Pitta não tem um fundamento lógico que justifique a sua vinda aqui, falar especificamente sobre preços de medicamentos, que é o que nos interessa. Nós não temos que colher informação dela sobre outros fatos que não sejam vinculados a este, que é objeto da nossa Comissão. Portanto, eu acho que, até por economia de tempo e de trabalho — os advogados diriam economia processual —, ao invés de ouvi-la, perdendo tempo, certamente dando muita notícia, mas em termo do objeto da Comissão não vejo como avançar... Vamos avançar, vamos ouvir quem ela denunciou. Vamos ouvir quem o Vereador do PT denunciou, com prova na mão, porque, aí, sim, nós poderemos colher os elementos e termos informações úteis para este caso, e também levar a Comissão a não se omitir num fato de tamanha gravidade. Acho também, Sr. Presidente, salvo melhor juízo de V.Exa. e da Comissão, que esse trabalho poderia ser feito numa diligência em São Paulo, ou seja, na Assembléia Legislativa de São Paulo, onde eu fui informado que poderá acolher a CPI, porque num dia só, quem sabe até na metade de um dia, seriam ouvidas todas essas pessoas. E nós, que já estamos com tanta escassez de tempo aqui, reclamando que tem depoimento demais, faríamos um trabalho mais objetivo: no dia que fosse aprazado, a Comissão, ou parte da Comissão, conforme V.Exa. entendesse, se deslocando até São Paulo, colheria esses depoimentos, e voltaríamos com termo de declarações para nossas conclusões, e evidentemente, se necessário, acareação, ou o que fosse. Aí, sim, nós tomaríamos nossas decisões. É essa a descrição dos fatos da diligência, salvo algo que tenha omitido, que os colegas podem completar, e o meu ponto de vista também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., Deputado. Antes de submeter o seu relatório a votação, eu peço escusa a todos, mas acho que essa matéria tinha que ser decidida de uma vez. Tem a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia, que pediu para se pronunciar a respeito. Aliás, é o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Quanto ao relatório apresentado pelo Sr. Relator, não há o que acrescentar ou questionar. Tenho total concordância. Com referência aos requerimentos, há discordância quanto a um, e eu queria fazer uma ponderação. O Sr. Relator tem razão de que nós não poderíamos sofrer sequer a tentação de trazer quem quer que fosse, e no caso, a D. Nicéa, se caso ela não tiver nada a acrescentar, além daquilo que ela declarou. Portanto, eu acho que, tanto é valido a gente imaginar que ela já apresentou tudo, como também, hipoteticamente, vale da mesma forma, ela poderá ou poderia, nesse curso das denúncias, em que pese a imprensa ter noticiado que ela está adoentada, mas a mesma imprensa tem noticiado, e pode ser verdade ou não, que ela tem recebido mais denúncias e, quem sabe, mais provas, ou provas que eventualmente ela não tenha apresentado, porque uma das debilidades do depoimento dela no Ministério Público é que ela deu, digamos, provas testemunhais, quer dizer, ela afirmando, mas não necessariamente apresentando provas documentais. Pois bem. Eu queria sugerir, portanto, contemplando as duas hipóteses: ela pode ter ou não o que acrescentar. Além disso, tem uma experiência desta CPI. Não sei se é coletiva, mas, de minha parte, eu queria opinar a esse respeito. Muitas vezes, um dado depoimento, e eu quero citar o exemplo daqui do Secretário Everardo Maciel, em dado momento, os primeiros Deputados que usaram da palavra cumpriram o papel de mostrar que dentro de determinados limites, então, a CPI não tenha papel. No evoluir daquela discussão, o Secretário, na minha opinião, deu aqui contribuições inclusive que geraram polêmicas entre nós, ou seja, a dinâmica de se fazer perguntas com a sabedoria ou insuficiência coletivas, mas o fato é que não dá pra prever. Muitas vezes algo que eu não consigo extrair dali uma informação relevante um outro Deputado poderá conseguir. Nesse sentido, eu queria propor, portanto, para tentar fazer aqui uma deliberação de consenso, que nós ouvíssemos os três que o Sr. Relator apontou, que nós apresentamos requerimento. Aliás, com referência ao chefe de gabinete, o requerimento é meu e do Deputado Robson Tuma. Pois bem. No que diz respeito à

D. Nicéa, eu queria colocar duas propostas: nós poderíamos ouvi-la reservadamente, até para evitar, digamos, essa eventual suspeição que a CPI estaria buscando uma alarido propagandístico, sem ter o que pesquisar; ou ainda, nós poderíamos indagar da D. Nicéa, também de forma reservada, se ela teria algo além. Nessa segunda hipótese — se ela falar: "No momento, não" —, eu então proporia que nós deixássemos o votamento.... a votação do requerimento da D. Nicéa em suspenso. Votamento foi um... É que o Presidente começa a me olhar, eu já começo a querer acelerar, cruzei votação com requerimento (Risos). Pois bem. Eu acho que nós poderíamos ouvi-la, se isso for, digamos, a vontade da maioria, ou até consensual, reservadamente, porque eu creio que ela pode ter adquirido provas. Eu não quero excluir essa hipótese antecipadamente. Nós podemos errar ao ouvi-la, digamos, se ela não tiver o que acrescentar; e errarmos, se ela não for ouvida, se ela tiver o que acrescentar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Só uma questão que o Relator... Os requerimentos ainda não chegaram; estão sendo batidos lá no gabinete do Deputado Arlindo Chinaglia, porque eu subscrevo junto com ele os requerimentos. Por isso que ainda não chegaram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E o Relator também. Então, vamos fazer o seguinte: faríamos a votação. Estão todos de acordo com a proposta do Relator? Bom, agora a idéia... Eu queria ponderar, e depois eu queria que os senhores complementassem a sugestão de qual é a delegação que vai ouvir, em São Paulo, porque, veja, terá que ser uma delegação menor, porque senão é mais fácil trazer três pra cá do que levar cinco Deputados pra lá, entendeu? E nós não temos instalação. Aqui, nós temos tudo, né? Entendeu? Mas eu deixo a critério.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Hein? Eu prefiro aqui, mas...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, vamos fazer em duas etapas aqui. Vamos resolver primeiro quantas pessoas serão ouvidas, e depois define o local...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sim, mas se foram os...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Hein?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - São três.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Três, os três que propôs... os três nomes que foram propostos aqui. O Secretário Pagura...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O Chefe de Gabinete...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Chefe de Gabinete

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E o Vicente Delamanha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E o Vicente Delamanha.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Que é o Diretor do Hospital do Campo Limpo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Um é o secretário, o outro é o chefe de gabinete e o outro é o diretor do....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Estão todos de acordo com isso?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, por favor... Tem um nome, que eu não me lembro, não, mas é importante: é o Diretor do PAS em Tatuapé, se não me engano, justamente onde houve...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Esse é um outro, que a gente tá aguardando, inclusive, chegar as cópias do Ministério Público, né?

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO - Sim, mas o objeto da denúncia foi aí.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, não foi...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não, não, não...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Esse objeto da denúncia onde foram apresentadas as notas pelo Vereador Carlos Néder e também pelo Vereador Adriano Diogo, no dia seguinte, quando nós estávamos lá inclusive. Agora, este PAS, que é o referente a Tatuapé, é um daqueles sete inquéritos em curso que eles vão mandar a cópia pra nós. Eu acho que nós poderíamos deixar para uma outra oportunidade, após termos analisado. Eu sou favorável, acho que é importante, mas não é dali que surgiu a denúncia da D. Nicéa. Ali é a nota que, segundo a imprensa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria dizer, Deputado Arlindo Chinaglia, que como nós estamos comprimindo... Primeiro eu espero que, depois de aprovado isso, ninguém proponha, na segunda-feira, que

não se ouça mais, entendeu? Segundo, o que eu queria, se pudesse, propor todos na terça-feira, né?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - À tarde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se esse quarto também pudesse, pra gente... né?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Você acha que é melhor os três? Então eu vou passar os três...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Poderia....

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Poderia ser o quarto, desde que então eu pudesse, com a permissão, segunda-feira, ir lá no Ministério Público e pegar, ou ligar e pedir, pra que eles mandassem já, porque são várias pastas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - São sete, veja...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Só que, como são várias. ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Deputado Arnaldo Faria de Sá, acho que requereu alguma coisa....

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - São sete inquéritos, e cada um tem mais de 2, 3 mil páginas. Então, até copiarem tudo pra encaminhar...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Foi requerido tudo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Por isso que ainda não chegou, inclusive

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu então proponho que seja aprovado três ou quatro. O que que me pedem?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pode ser os quatro. Aí, se puder ser três, porque aí isso...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Os três, e depois dos PAS a gente chama os outros sete.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, me permita tentar esclarecer para V.Exa. e para os demais. Ali, a compra de medicamentos, ela pode ser feita tanto pela Prefeitura quanto pelo PAS. O PAS é uma tal de cooperativa, assim, a grosso modo. Tanto é que o Secretário argumenta que o PAS tem autonomia. Nós temos discordância disso. Pois bem. Tem sete PAS que estão sob investigação. Um deles é o Tatuapé. E sobre esse foi apresentado pelos Vereadores notas que comprovariam superfaturamento.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Mas, Deputado, permita-me.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Pelo que eu entendi, a investigação do PAS é uma investigação que vem se arrastando pelo Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - No caso do Tatuapé, foi o fato concreto. ..

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Da nota fiscal.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ..da nota fiscal.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Que se relaciona com a denúncia do...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Quer dizer, que se relaciona com a presumida responsabilidade do Secretário.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É isso.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, eu acho que é uma...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É oportuno.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ..ligação total. Quer dizer. Isso, sem prejuízo, depois, do PAS chamar os outros seis.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Pode ser os quatro.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Mas no caso do Tatuapé, a nota fiscal que o Vereador Carlos Néder denunciou, que a imprensa brasileira divulgou, é no Tatuapé. E há declarações do coordenador lá do Tatuapé e do Secretário dizendo que não tem responsabilidade... E era uma boa oportunidade de uma acareação. Não era tecnicamente... mas de um confronto, digamos, dessas duas porções. Até porque estamos com pouco. Se a gente deixar pra depois...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Vamos fazer, vamos fazer os quatro, então.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bem. Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ..vou fazer uma questão de ordem. Acho que quando nós estamos falando sobre empresas ou seus funcionamentos, como se trata de vários empresários, que provavelmente sempre falam praticamente a mesma coisa, eu acho que fazer uma oitiva com dois, três, quatro empresários... Mas nesses casos aonde se tem alguns indícios de crimes não só

pelo fato de poder, mais na frente, fazer uma acareação, mas também para que nós possamos ter um tempo para aquele indivíduo, sobre os atos que ele possa ter cometido, que seja de desacordo com a moralidade e com as normas legais, eu gostaria de requerer a V.Exa. que pudesse marcar os quatro até pelo mesmo dia, mas com horários diferenciados. Nem que o senhor, em vez de dar doze minutos, combinasse com todos os Deputados de ter 8 minutos, 6 minutos para cada um, mas que fossem separados os seus depoimentos. Porque senão nós teríamos dois, três minutos para perguntar para cada um deles, e acabaríamos não tendo como nos aprofundar naquilo que é uma coisa importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu acho que a sugestão é interessantíssima, e eu queria complementá-lo. Eu acho que muitas vezes, dependendo do depoente, nem todos os Deputados precisariam perguntar. Eu acho que a gente podia se escalar, para poder produzir mais depressa. Se nós trouxermos quatro depoentes e der oito para cada Deputado, e todo mundo perguntar, a gente vai noite a dentro, não é verdade? Então, esse é um tema que eu gostaria... Eu acho que a sugestão de V.Exa. é absolutamente oportuna, entendeu? Mas eu acho que a gente precisaria...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Posso até tentar dar uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Como a gente às vezes faz na CPI do Narcotráfico, as Subcomissões que tratam do assunto perguntariam. Por exemplo, no caso lá do Rio de Janeiro, eu não fui, eu não tenho que perguntar, quando chamar alguém do Rio de Janeiro, porque não é um assunto que eu tenha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu espero que... Vamos nomear os líderes de plenário, os Relatores de plenário; escalem quem vai perguntar ou não. Está ótimo. Porque eu acho que assim ganharia. Nada impede de haver uma exceção.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas o fato é que todo mundo repetir... muitas vezes... né, entendeu? Há casos que precisa...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Em São Paulo nós estamos em sete, oito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vamos tentar aprofundar isso. Muito obrigado. Está encerrada esta parte. Aprovados, então, os quatro nomes. Alguém tem algumas coisa a opor? (*Pausa.*) Não. Aprovado por unanimidade.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, eu pediria também, rapidamente. A diligência que foi requerida ontem, ligada à falsificação de medicamentos, pela Deputada Almerinda, que seria uma designação apenas de três Deputados do Rio de Janeiro para prosseguir uma averiguação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quero que me dê os dados aqui? Cadê os dados?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ..eu pedira que fosse apreciado rapidamente, porque obviamente não há oposição, até porque coisa similar já foi feita em Fortaleza, pelo Deputado Novais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Que eu não vi o relatório ainda.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Presidente, inclusive, eu gostaria de requerer desses Parlamentares que têm tratado desses assuntos que encaminhassem pra mim também os relatórios, para que eu possa depois fazer o sub-relatório para o Relator.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, pela ordem. Eu não sei se ficou claro para todos nós... pra mim, eu me distrai momentaneamente. Com referência à D. Nicéa Pitta, havia a ponderação do Sr. Relator, e eu apresentei como alternativa, mas ainda a conferir, no conjunto da Comissão, qual seria a melhor atitude para a CPI. Porque eu temo que, se a gente imagina que ela pode trazer uma bomba e não traz, a gente fica ruim. Agora, se a gente imagina que ela não tem nada a dizer e ela tiver, nós pecamos pela omissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O que propõe V.Exa, então?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu proponho que ela fosse ouvida reservadamente. Tipo assim, entrar em contato e falar: D. Nicéa, nós gostaríamos de ouvi-la. A senhora tem algo a acrescentar com referência ao seu depoimento? Ela diz: sim, não. E aí o Sr. Relator (*ininteligível*) o que eu poderia fazer. ..

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Ou o Presidente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ou o Presidente fazer. Acho melhor o Presidente, até. E até ouvi-la reservadamente. Eu proporia que ela fosse ouvida reservadamente, para evitar um suposto alarido irresponsável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Qual é? (*Risos.*) Eu não sou nada do que se diz da. .. Não vou fazer comentário. Então ,quem é que faria... quem é que faria...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A Presidência; nada mais indicado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O Presidente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A proposta é ela ser ouvida reservadamente. Acho que é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está bem, eu vou ouvi-la então. Vou tentar fazer um contato com ela para ver da disposição etc.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Respeitando a doença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero pedir até... Quem é que tem o telefone dela? (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O Robson Tuma, o Robson Tuma tem.

(**Não identificado**) - O Robson Tuma deve ter.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu não tenho, mas posso ver se no Ministério Público, em São Paulo, eles dão o telefone dele ou da assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Eu só faço se me derem o telefone.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, nesse caso, poderíamos acatar a sugestão do Sr. Relator e designar junto com o Relator alguns Deputados para ir ouvi-la, após a sua consulta. Porque ela tá doente e não sei como é que ela está e tal, né?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Dependendo da sua...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Acabaram me metendo nessa. Vamos lá. O requerimento da Deputada Almerinda Carvalho diz: Requeiro nos termos regimentais a criação de uma subcomissão visando ao envio de diligências parlamentares ao Estado do Rio de Janeiro para apurar o desvio de

medicamentos no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, conforme publicação no jornal **O Dia**, 16 de março de 2000. O Deputado Ribeiro...

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO - Pois não, Sr. Presidente. Isso aí são várias... são muitos, são alguns documentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...acrescentou a isso... acrescentou. ... Um minuto, Deputado. Eu estou falando. Só um minutinho. O Deputado Ribeiro acha que nisso aqui há envolvimento de distribuidores, que pode haver envolvimento de medicamentos roubados, que pode haver envolvimento de receptadores, que pode haver envolvimento até não sei mais do que mais. Mas isso só é suficiente. Diante disso, eu acho que então justificaria, e eu submeto à votação a criação desta Comissão e ao mesmo tempo aguardo sugestões de quem é o coordenador que os senhores propõem. Estou recebendo do Relator a sugestão, então...

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO - Isso. Seriam três Deputados e a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Em votação a criação da subcomissão. (*Pausa.*) Aprovado. Então, submeto também alguns nomes da Deputada Almerinda Ribeiro, Almerinda... Almerinda, perdão, Carvalho, Deputado Ribeiro e Deputado Miranda.

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO - Isso. Como coordenadora a Deputada Almerinda, que faltou hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E Almerinda, sob a coordenação da primeira. Eu aprendi em banco assim: fulano, fulano, sob a coordenação da primeira. Tá? O.k.? Com a missão de averiguar, averiguar e fazer um relatório a esta Comissão. No prazo de quê? Dez dias? Quinze dias? Tá.

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO - É quinze dias, sim, porque a investigação vai ser realmente complexa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom, deferido e aprovado. Então, encerrado este assunto...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, o assunto, sim. Eu gostaria de pedir, solicitar de V.Exa. permissão para fazer um rápido registro aqui nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se for rápido, Deputada, porque nós já estamos atrasados, entendeu?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeitamente. É... Chegou a essa Comissão, Sr. Presidente — V.Exa. fez distribuir cópias a todos os Srs. Deputados —, a cópia de um ofício que a Associação Nacional dos Fiscais de Abastecimento e Preços enviou ao Secretário da SDE, da Secretaria de Direito Econômico. Ofício esse, Sr. Presidente, que eu repto da mais alta gravidade, porque a Associação Nacional dos Fiscais de Abastecimento e Preço que vem repudiando — e é exatamente este o termo utilizado — as declarações do Dr. Paulo de Tarso a esta CPI. Todos nós lembramos que, quando aqui esteve, o Dr. Paulo de Tarso falou que a Secretaria está completamente desestruturada, que não tem recursos, não tem orçamento, não tem estrutura e nem pessoal pra levar a cabo o processo de fiscalização e monitoramento nos preços de medicamentos. A ANFAP, Sr. Presidente, enviou ao Secretário — e cópia a esta CPI — um ofício que diz o seguinte: que em maio de 1999 foi redistribuído 259 fiscais de abastecimento e preços, da extinta SUNAB para o Ministério da Justiça, SDE. E que, desses 259 fiscais, pelo menos os 104 que estão lotados na Inspetoria do Rio de Janeiro, que segundo a Associação é um contingente, uma mão-de-obra extremamente especializada, está sendo mal utilizada, e eles relatam aqui de forma muito sucinta que, ao invés dessa mão-de-obra especializada estar monitorando e fiscalizando o setor de medicamentos e outros, está apenas obrigada a comparecer diariamente à repartição somente para assinar o ponto e voltar para casa. Então, acho que isso é da mais extrema relevância e gravidade. Diante disso, Sr. Presidente, eu vou encaminhar a V.Exa. uma representação que eu protocolei hoje pela manhã na Procuradoria da República, aqui no Distrito Federal, pedindo providências e a instauração de um inquérito civil público. E acho que nós da CPI, Sr. Presidente, temos que trabalhar melhor, investigar melhor esse problema, que é muito sério, porque há um contingente de servidores públicos que não estão sendo utilizados. Enquanto isso, o Secretário vem aqui e diz que não pode monitorar, não pode fiscalizar, porque não tem gente. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Já que estou com a mão na massa, peço escusas e vou concluir. Deputado Fernando Zuppo, o requerimento apresentado por V.Exa. é... foi em dezembro, mas foi aprovado não sei em que data. Foi aprovado, eu creio que em janeiro, fim de janeiro. E nós mandamos em 11 de janeiro um requerimento ao Sr. Secretário da Receita, e ele respondeu que estas informações estão protegidas pela lei fiscal nos

termos do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro, Código Tributário Nacional. Na verdade, o requerimento de V.Exa. diz apenas o seguinte: "Dez últimos balanços de lucros e perdas das trinta maiores empresas de medicamentos multinacionais e das trinta maiores empresas nacionais de medicamentos". Não nomina nenhuma empresa. E, é do Regimento, tenho ponderado muito isso, a quebra de sigilo tem que ser, caso a caso, justificada. No caso aqui, a Comissão aprovou o requerimento, e creio que até inadvertidamente, mas esses... essa informação está protegida por sigilo. Então, nós teríamos que nominar quais as empresas que nós queremos e justificar. De forma que eu peço a V.Exa. que complemente o requerimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É isso que eu ia propor a V.Exa. Eu vou... Eu queria que fosse complementado o requerimento que já está aprovado, né? Eu daria o nome das empresas, e a alegação da Receita cairia por terra, porque, com a quebra do sigilo fiscal e bancário das empresas que eu nominarei, certo, nós teríamos a aprovação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu acho que as que já estão com o sigilo quebrado é só... Entendeu?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Seria somente mencioná-las, né? Seriam as 21, né? Quando da vinda aqui do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Peço, então, a V.Exa. que complemente, tá? E à Secretaria que forneça a V.Exa. o nome das empresas que já tiveram o sigilo fiscal quebrado e das empresas que tiveram o sigilo bancário quebrado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É esta a idéia: aproveitar as 21, e nós complementaríamos esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Só para entender, Deputado. Ele quer as dez maiores, ou ele quer as dez entre as 21? Das 21 só?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não, não...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O requerimento não diz isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não. O requerimento diz: os dez últimos balanços de lucros e perdas das trinta maiores empresas de medicamentos multinacionais e das trinta maiores empresas nacionais de medicamentos. Portanto, ultrapassa todas essas coisas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Esse requerimento, Sr. Presidente...

(Não identificado) - Sim, pois é, mas a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas ele vai completar...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sim, mas ele foi aprovado. Se o Deputado quiser ultrapassar o limite das 21, inclusive, para ter informações sobre os laboratórios nacionais, pode muito bem ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ele tem que complementar o requerimento, é isso. Complemente o requerimento, Deputado. Esta reunião foi convocada para tomada do depoimento dos Srs. Nicolau Cury — Sócio-Gerente da Distribuidora Mercantil Farmed — e Gilberto Maia Filho, Presidente da Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz. Convido os Exmos. senhores a tomarem assento à Mesa. Nós vamos manter os procedimentos de praxe e vamos, evidentemente, na oportunidade, encarecer a síntese dos Srs. Deputados. Os senhores depoentes têm o direito de falar por 20 minutos, período no qual eles não deverão ser interrompidos. E se houver absoluta necessidade, o tempo poderá ser prorrogado. Tem desde logo a palavra, inicialmente, o Dr. Nicolau Cury, sócio-gerente da Distribuidora Mercantil Farmed, pelo espaço de vinte minutos.

O SR. NICOLAU CURY - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, a Mercantil Farmed é uma empresa que iniciou as suas atividades em 1973; portanto, há um pouco mais de um quarto de século. A sua atividade é a comercialização de medicamentos, e ela o faz dentro da área do Estado de São Paulo. No Estado de São Paulo, ela mantém ativos cerca de 9 mil clientes e opera hoje com todos os laboratórios multinacionais e todos aqueles nacionais que têm nos oferecido a oportunidade de distribuir os seus produtos. A Mercantil Farmed é uma empresa que emprega hoje 1.300 funcionários e, sem falsa modéstia, é considerada uma empresa exemplar, no conceito várias vezes manifestado por parte dos nossos fornecedores, de muitas autoridades que têm nos visitado e nos têm fiscalizado e também, pelos nossos clientes. Isto representa para a Mercantil Farmed uma grande responsabilidade: a de operar sempre de uma forma ética, correta e responsável. É o que eu tenho a transmitir. E eu me coloco à disposição dos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós vamos ouvir os dois depoentes para depois fazer a interrupção. Tem a palavra... Passo a palavra, também pelo espaço máximo de 20 minutos, ao Sr. Dr. Gilberto Maia Filho, que representa aqui a Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz, na condição de Presidente. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Prezado Presidente, prezado Relator, Srs. Deputados, senhoras e senhores, boa-tarde. Atendendo à convocação do nobre Deputado Presidente desta Comissão, Sr. Nelson... Deputado Nelson Marchezan, para prestar esclarecimentos sobre o sistema de distribuição de medicamentos, inicialmente, eu gostaria de apresentar-me. Meu nome é Gilberto Maia Filho. Eu sou Diretor-Presidente da Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz, empresa que foi fundada em 1955, ou seja, com 45 anos de atividade. É uma empresa familiar, que foi... é... dirigida, nos seus primeiros 25 anos, pelo seu fundador; e nos últimos 20 anos tenho atuado como Diretor-Presidente. Sabendo da escassez de tempo, abro mão até da minha apresentação inicial. Estou à disposição desta Comissão para as indagações necessárias. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como vêem V.Exas., é uma excelente síntese, entendeu? (*Risos.*) Quero avisar aos senhores depoentes que os Srs. Deputados poderão agora perguntar, e a gente tanto pode fazer três minutos para o Deputado, três para o depoente, e mais réplica e tréplica, tanto quanto, se o Deputado quiser, puder fazer corrido, com perguntas e respostas rápidas. Eu ia dar a palavra ao autor, mas o autor deste requerimento, Deputado Perondi, não se encontra neste momento aqui. Tem...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Hein?

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É verdade. É verdade. Eu sempre cometo essa injustiça, e dessa vez está aqui...

(Não identificado) - Involuntária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Involuntária. Tem a palavra...

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra... Mas a afirmativa vale mesmo. Eu não disse que não ia dar a palavra ao Relator. Tem a

palavra... E se estiver algum assessor do Perondi que o avise. Tem a palavra o nobre Relator, Deputado Ney Lopes.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Nicolau, sua firma é no Estado de São Paulo?

O SR. NICOLAU CURY - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Na Capital?

O SR. NICOLAU CURY - É sediada em São Paulo e mantém filiais nas cidades de Araraquara...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Por gentileza, ligue.

O SR. NICOLAU CURY - A Farmed é sediada em São Paulo e mantém filiais e depósitos autônomos nas cidades de Campinas e Araraquara. Mantém ainda escritórios dedicados exclusivamente à comercialização, à venda em Santos e São José dos Campos.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Nicolau, o senhor atua, direta ou indiretamente, além de distribuidor, como varejista também? Como participante de redes de farmácia etc.?

O SR. NICOLAU CURY - Não, não temos nenhuma participação no varejo e fazemos questão de manter o foco direcionado para a distribuição, que na verdade é uma prestação de serviços que nós fazemos para a indústria, porque a indústria, de modo geral, tem dificuldade, ou tem quase que impossibilidade de colocar os seus produtos em todos os pontos de vendas. Esse é um tema bastante controvertido, mas, na verdade, nos últimos vinte anos, houve uma modificação muito grande no mercado farmacêutico, fazendo com que a indústria terceirizasse o trabalho de comercialização dos seus produtos. E isto é feito hoje através das empresas distribuidoras, que foram se estruturando, realizaram investimento, se equiparam, e hoje têm condições realmente de fazer um... uma distribuição a nível nacional, atendendo a 40 ou 50 mil pontos de venda, além de atender a hospitais e ambulatórios e clínicas de indústria, com uma eficiência reconhecida internacionalmente.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O senhor está nessa atividade há quantos anos?

O SR. NICOLAU CURY - Desde 1973.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O senhor concorda que foi no início mais ou menos da década de 90 pra cá que a distribuição de medicamentos tomou um impulso maior?

O SR. NICOLAU CURY - Eu creio que esse impulso já vinha da década de 80, mas assumiu maior impulso na década de 90, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Por quê? Qual alguma causa que o senhor poderia dizer que tivesse...

O SR. NICOLAU CURY - Em face dos processos de terceirização que passaram a constituir quase que uma moda nacional — certo? —, a indústria levantou seus custos e verificou que, se ela fosse fazer a distribuição, os seus custos seriam necessariamente maiores do que uma empresa que se dedicasse à distribuição de diversos laboratórios. Porque cada laboratório produz cinqüenta, sessenta, às vezes dez, às vezes duzentos produtos diferentes, ou apresentações diferentes de produtos, enquanto que o distribuidor leva para o varejista, abastece o mercado varejista, coloca o produto à disposição do consumidor nos pontos mais distantes, mas leva 6 ou 7 mil itens, considerando as diversas apresentações de medicamentos.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Vamos estabelecer como marco no tempo que fosse esse incremento maior, como o senhor admitiu, no início da década de 90. Como era antes de 90? Era o pedido feito diretamente pelo varejista ao laboratório, e ele escolhia quem transportava etc.?

O SR. NICOLAU CURY - Eu posso... posso lhe dizer com segurança que a figura do distribuidor data de muito tempo. Quando eu ingressei no ramo de distribuição, eu o fiz em 1973, com a responsabilidade de distribuir um único laboratório. Logo em seguida, graças ao trabalho que foi realizado e que foi objeto de atenção de outras empresas, nós fomos convidados a distribuir os produtos de alguns outros laboratórios. Como nós mantínhamos inclusive um contrato de exclusividade de distribuição com essa empresa, nós montamos, estruturamos uma outra empresa, que passou a fazer a distribuição de outros laboratórios. E ao longo desses 27 anos em que nós estamos no mercado todos os laboratórios passaram a dar preferência à distribuição através dos distribuidores, porque, exemplificando, um laboratório que é sediado em Minas Gerais e que produz, por exemplo, cinqüenta produtos ou cinqüenta apresentações, que às vezes podem ser de trinta ou quarenta produtos diferentes, ele não tem condições logísticas de colocar os

produtos no Brasil todo. Somente os distribuidores é que têm condição de fazê-lo, porque eles mantêm... No caso da Farmed, nós o fazemos dentro do Estado de São Paulo, mas existem hoje empresas que fazem a distribuição a nível Brasil. E para fazer a distribuição em nível Brasil eles mantêm centros de distribuição em vários Estados — no Nordeste, no Centro-Oeste, no centro do País, no Sul — e fazem a distribuição de todos os laboratórios. Houve realmente uma mudança muito grande, ao longo desses anos, exigindo; o mercado impôs isso. O que eu tenho que acrescentar é que, anteriormente, as farmácias tinham uma capitalização que deixaram de ter ao longo desses anos. Hoje as farmácias estão totalmente descapitalizadas, e com a proposta que surgiu, trazida por alguns técnicos em organização empresarial, de que não era conveniente as empresas manterem estocagem, as farmácias reduziram seus estoques e passaram a fazer compras mais freqüentes. Quando eu iniciei a minha atividade neste ramo, nós atendíamos os clientes através de uma equipe que visitava os pontos de venda, as farmácias, uma vez por mês; em alguns casos até uma vez a cada 45 dias. E hoje o mercado exige que o cliente seja visitado duas e às vezes até três vezes por dia, ou pelo menos contactado, porque naquela época não existia o que existe hoje, em termos de comunicação. E com o advento, as facilidades de comunicação que surgiram o cliente está ligando para a distribuidora para receber o produto duas horas depois. Hoje, muitas farmácias fazem compras para atender um cliente que esteve no balcão e eles não tinham o produto para atender. Imediatamente eles pedem para a distribuidora e vão fazer a entrega do produto na residência do paciente.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Quando o senhor começou, em 73, nos anos que se seguiram, o senhor não era distribuidor, o senhor era representante comercial do laboratório, não é?

O SR. NICOLAU CURY - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Mas tinha exclusividade?

O SR. NICOLAU CURY - Como assim?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - A exclusividade não é uma característica da representação comercial dentro da legislação brasileira, pelo menos à época?

O SR. NICOLAU CURY - Não, eu não... eu não era do ramo de medicamentos até 1973.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não, eu estou dizendo depois. Eu estou dizendo quando o senhor falou que representava um único laboratório, e que,

quando outros o procuraram, o senhor teve que fazer uma outra firma. Então, esse laboratório único que o senhor representava, era na condição de representante comercial, ganhando uma comissão pelas vendas?

O SR. NICOLAU CURY - Não, não, senhor. Não, senhor. Eu recebia... Eu comprava as mercadorias, revendia e pagava ao laboratório. Eu era um comerciante.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - É o que se chama representação **del credere**.

O SR. NICOLAU CURY - Não, era um... era um comércio de medicamentos, como é até hoje.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem, esse incremento da... da atividade da distribuição, além das mudanças de mercado, não será... não poderá ser atribuído a um sistema que foi implantado no Brasil com a Portaria nº 37, no Governo do Sr. Fernando Collor, 1992, que criou uma cadeia econômica da indústria, do distribuidor e do varejo? Essa portaria não ajudou esse incremento?

O SR. NICOLAU CURY - Eu creio que não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Garantindo a margem dos 30% no varejo?

O SR. NICOLAU CURY - Eu creio que não. Na verdade, a condição de indústria, distribuidor e varejista sempre existiu antes da portaria. O que existia na época em que foi editada a portaria era um controle de preços. Assim como existe em outros países, também existe certo controle de preço em relação aos medicamentos. E a Portaria nº 37 veio regular a margem do varejista, que é de 30%. Ao distribuidor foi atribuída a obrigação de assegurar ao varejista a venda pelo preço do laboratório, certo? Nós vendemos o produto pelo preço fábrica, e a indústria nos assegura um desconto. Esse desconto, na verdade, não é mais do que uma remuneração pelo trabalho que nós fazemos, e que varia, como até já foi dito nesta... neste plenário, em torno de 15% a 16%.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, na verdade, a gente pode deduzir, Sr. Nicolau, que a indústria, ao terceirizar, reduziu os seus custos, remunera o terceirizado com 16% a 18% e embute no preço para o consumidor pagar esse percentual, não é?

O SR. NICOLAU CURY - Não, não acontece isso. Ela não embute isso no preço, porque o... Quando a indústria vende não para um distribuidor, mas quando a indústria vende para uma rede de farmácias, ela concede praticamente o mesmo

desconto que ela concede para o distribuidor. Se o... se o produto custa 100 reais, ela concede um desconto, conforme falamos, em torno de 15%, 16%; para as redes, talvez um pouco menos: 12%, 13%. Mas a média que as redes alcançam é nessa faixa, certo? Esse... esse desconto é deduzido, é retirado do preço de fábrica do produto. Uma vez estabelecido o preço de fábrica que... Como exemplo, podemos dizer, se for 10 reais, o produto na farmácia é vendido por 14,82 (14 reais e 82 centavos), o que garante ao varejista 30% de margem sobre o preço final de venda. Independente dessa margem de 30% assegurada ao varejista, a indústria retira do preço às vezes dez, doze, quatorze, quinze, dezesseis ou até 17%. Essa é a margem que nós temos. Um pouco depois da edição da Portaria 37, houve, nas, na Câmara Setorial de Medicamentos que existiam na época, um entendimento de que caberia assegurar ao varejista a margem de 30% e ao distribuidor a margem de 18%. Nos últimos anos, a indústria tem reduzido esse desconto do distribuidor, certo, tanto assim que hoje está na faixa de 15 a 16%, variando de acordo com a participação de cada uma das empresas num **mix** que o distribuidor tem.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Gilberto, o senhor tem o microfone, eu acho que... Pedia pra ativar o microfone aí.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O microfone lá, o pequenininho (*inaudível*).

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem, Sr. Gilberto, a explicação dada aqui pelo Sr. Nicolau...

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Pois não, Excelência.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ...é... que, aliás, nós já sabemos na CPI, e, de acordo com a Portaria 37, é assim, quem compõe o preço até o produto chegar na prateleira da farmácia é a indústria, correto?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Correto.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Correto. O senhor não se sente frustrado, como empresário jovem, em não poder ter nenhuma influência num processo de comercialização em que, de garganta abaiixo, lhe impõem o preço do frete, de despesas comerciais em geral etc. e o senhor fica dependendo de uma boa vontade de ganhar 10, 12 ou até 18%? O senhor não acha isso estranho para uma economia de mercado?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Excelência, acho que esse é o preço estabelecido, é o teto, é o preço máximo. Nós podemos, eventualmente, oferecer

algum desconto, a indústria pode querer promover algum produto. Então, no nosso entendimento, não há um engessamento do sistema, é um preço máximo, mas pode-se praticar, é um referencial de preço para o mercado, que, até antes da Portaria 37, esse referencial era o **Diário Oficial**, onde eram publicadas as relações de todos os produtos, pelas listas que a indústria mandava à, à imprensa do..., ao órgão oficial, e, depois da Portaria 37, passou-se a organizar isso, editar isso num caderno de preços, que é um caderno regulador, estabelecendo um preço máximo, sugestão. Quer dizer, o consumidor tem esse preço máximo no Brasil todo, independente de qualquer... qual for a cidade, mas nada impede que se pratique preço inferior. E o senhor pode observar... S.Exa. pode observar em algumas farmácias, aqui mesmo em Brasília, que existem tabelas com algumas ofertas, como redução de preços, que isso beneficia o consumidor.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Agora, essas ofertas do varejo a que o senhor fala não estariam condicionadas a bonificações que podem ser dadas ou não quando o varejo compra a mercadoria ao distribuidor?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Eu acho que essas ofertas, elas estão condicionadas ao desconto que o varejo recebe. Muitas vezes, a indústria quer promover algum produto, vamos supor, um OTC, alguma coisa assim, ela repassa um desconto ao distribuidor, e o distribuidor repassa esse desconto ao varejo, e esse desconto chega ao consumidor.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Agora, esse repasse da indústria para o distribuidor, do distribuidor para o varejista e esse ato de... edificante do varejista para o consumidor é voluntário, não é regulado por ninguém?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Esse é um ato regulado pela.. pelas regras de mercado. O senhor sabe que...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Pessoal, individual do...

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - O consumidor hoje, quando vai a um supermercado, ele tem alternativas de produtos e, quando ele vai à farmácia, ele pode comprar um... Se ele procura, por exemplo, um analgésico, ele tem algumas alternativas de produtos, e ele pode buscar um produto que tenha alguma oferta, que tenha alguma... algum preço melhor. Então, eu diria que o que regula isso é a lei de mercado. O senhor observa que o mercado como um todo é bastante fragmentado. Eu não tenho certeza, mas eu acredito que a indústria que tem a maior participação de mercado no Brasil tenha na faixa de 6 a 7%. É, da mesma

forma os distribuidores e da mesma forma as redes de farmácia. Existem 50 mil farmácias no Brasil. Eu entendo que há uma competição é bastante acirrada entre as farmácias. Isso nós, como consumidores, podemos observar na esquina uma farmácia querendo oferecer um serviço melhor, querendo atender melhor ao consumidor, quando ela pode oferecer um preço melhor em determinados produtos pra que ela consiga a fidelidade, consiga que aquele consumidor compre mais na sua farmácia, o que garante a sua sobrevivência, porque se qualquer estabelecimento comercial que não tenha um volume pelo menos mínimo de vendas não sobrevive...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Essas opções do consumidor o senhor não concorda que são mais pra uma dor de cabeça, uma gripe, mas, quando se trata de doenças crônicas, de uso contínuo, remédio de marca, o consumidor não tem absolutamente nenhuma opção? O senhor concorda com isso?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não. Eu acredito que o consumidor tem bastante opção, Excelência, como eu lhe falei antes, existem 200 indústrias farmacêuticas no Brasil, existem, sei lá, não sei dizer exatamente, mas 200 ou 300 distribuidores, e existem 50 mil farmácias no Brasil. Eu acho que um sistema bastante pulverizado, ele, no meu entendimento, provoca uma grande concorrência, e a concorrência provoca, vamos dizer, determinados vantagens ou muitas vantagens para o consumidor. Agora, não poderia informar especificamente de um produto de uso contínuo, alguma coisa assim, que acho que seria até leviandade de minha parte, mas eu digo de um modo geral o que a gente observa numa farmácia.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Porque, Dr. Gilberto, o que se tem em mente — eu queria um comentário do senhor aqui — é que essa Portaria 37, ela legaliza o cartel. A indústria diz: Mais ou menos o meu custo é 42% do preço final, o resto eu não tenho nada a ver com isso. É distribuição e varejo. O varejo é tabelado pelo máximo, como o senhor disse, 30%, e depois depende do ato de solidariedade do dono da farmácia reduzir ou não, porque as bonificações são dadas dentro desta cadeia da felicidade em que todo o mundo ganha menos o consumidor. Até o Governo ganha se o imposto for pago, mas menos o consumidor. O senhor não acha isso uma negação de uma economia de mercado, esse sistema adotado por essa portaria e que precisaria ser alterado pra que os segmentos que atuam, no caso indústria, distribuição e varejo, atuassem realmente dentro de uma liberdade de ação?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Excelência, eu acredito que, da forma que se estabelece hoje essa composição de preços, como eu lhe falei, é um preço máximo ao consumidor, mas nada impede que se ofereçam, ofereçam condições. Nós tivemos uma experiência, eu não me recordo exatamente se foi em 87, 88, 89, até não tenho certeza, não posso, não posso precisar a data, em que houve uma liberação geral de preços, houve um problema de desinformação grande no mercado em relação, em relação aos preços praticados, principalmente em localidades mais longínquas, e houve um, houve um... o preço se desregulou, e, na dúvida, muitos, muitas empresas pequenas ou médias, sem ter informação, acabaram agregando preços sem necessidade. Então, nós entendemos hoje, quer dizer, hoje o mercado funciona dessa forma, é um preço máximo, e, como eu lhe falei que há uma competição muito grande entre os competidores, os participantes desse setor, eu diria entre as farmácias e tudo mais, no sentido de oferecer serviço, de oferecer opções pro consumidor, eu entendo que existem condições perfeitas pra que esse mercado se regule e que há um policiamento pra que esse preço máximo não seja ultrapassado.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem, Sr. Presidente, já abusei um pouco, mas eu quero, rapidamente, dada a experiência no mercado do Sr. Nicolau, só fazer uma pergunta a ele. Na sua vida, lidando com medicamento, já constatou algum BO no mercado?

O SR. NICOLAU CURY - Sim. Eu conheço BO como produto bonificado. Na verdade, os produtos bonificados são aqueles que não têm propaganda junto à classe médica. Nem toda a indústria farmacêutica possui equipes que procuram os médicos para divulgar os seus produtos, os seus lançamentos e levar informações a respeito desses produtos ou lhe entregar uma amostra grátis. Por isso, as indústrias de menor porte, que não têm essa estrutura de **marketing** e venda, ela utiliza os produtos bonificados, em que ela conta com a colaboração do varejista para indicar aqueles produtos. Se uma pessoa chega à farmácia, "Ah, tô com dor de garganta", provavelmente o proprietário da farmácia ou o farmacêutico é capaz de sugerir ou indicar algum produto que ele tenha e que vá servir para aquele, aquele mal, para aquela dor de garganta. Por isso é que se fala em bonificação. A Farmed também trabalha com produtos bonificados. Normalmente, esses produtos têm um desconto que varia em torno de 40 a 50%, porém, esses produtos são faturados para a Farmed pelo preço líquido, sobre o qual, evidentemente, são

recolhidos ou devem ser recolhidos pelos fabricantes os respectivos pro... tributos, nós gozamos, nessa situação, de descontos que podem variar entre 20 e, em algumas vezes, até 25%, e nós vendemos esses produtos pelo preço líquido que nos foi faturado. Cabe à farmácia, depois, definir qual o preço que ela vai vender esse produto, não superior ao preço máximo consumidor. Isto é uma forma de liberdade de mercado, porque, nesse caso, o varejista é que vai fixar a sua margem, sempre limitada ao preço máximo consumidor. Eu acredito que uma liberação total de preços, a falta de um monitoramento de preços pode resultar numa situação caótica no mercado, como nós já tivemos oportunidade de constatar, em que podem haver abusos, principalmente nas localidades mais distantes dos grandes centros. Nos grandes centros ainda existe alguma cautela, alguma atenção em relação aos preços. Há uma certa moderação. Mas, em localidades distantes, onde existe uma única farmácia, às vezes, podem acontecer abusos.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Nicolau, apenas para esclarecer: as observações feitas por este Relator, não são no sentido de defender a abertura total do mercado, não. Seria a revogação da portaria, mas substituindo por outra evidentemente como um marco de monitoramento. Agora, só para finalizar, que eu não me contive em pedir aqui ao Sr. Presidente, como ajuda a nós aqui da CPI (*ininteligível*), mas mais uma ajuda que V.Sa. pode dar. Cite aí, pelo menos, já que o disse que conhece, três laboratórios que trabalham com produtos bonificados. Três laboratórios que operem no Brasil, pelo menos. Pode citar mais.

O SR. NICOLAU CURY - EMS.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Como?

O SR. NICOLAU CURY - EMS.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - EMS.

O SR. NICOLAU CURY - Teuto.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Teuto.

O SR. NICOLAU CURY - Sanval.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sanval. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Sr. Relator.

Com a palavra o nobre Deputado Robson... Ah, perdão, chegou o nosso Deputado. Como é praxe, eu consulto se os Srs. Deputados concordam de que o autor tenha a palavra desde logo, a menos que queira ceder... Deputado (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores empresários, eu preparei aqui seis perguntas, mas vou fazer duas, duas, para que todos possam... Os senhores consideram que a isenção do ICMS, bem como do Imposto de Importação, poderá resultar em uma redução de preço efetiva para o consumidor? O setor possui um potencial de arrecadação muito elevado, tendo em vista que o PIB farmacêutico é muito alto. Os senhores não consideram que uma isenção do ICMS poderá significar, na prática, mais benefícios à população, pois a população será beneficiada com acesso aos medicamentos? Outro ponto que eu considero importante na área fiscal é o fim da substituição tributária, que tem servido como mecanismo indutor de preço mínimo. Qual é a posição dos distribuidores sobre o fim da substituição tributária e — foi a primeira pergunta —, sobre a isenção? Os senhores acham que a ponta, a farmácia ou os senhores mesmo vão respeitar a isenção? Vão passando, passando o preço pra ponta? Qual tem sido a participação dos medicamentos genéricos nas vendas realizadas pelas distribuidoras? Fico nessas, essas duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, tem V.Exa. a palavra primeiro, Dr. Nicolau.

O SR. NICOLAU CURY - Em relação ao Imposto de Importação, eu acho que ele só incide na área industrial.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Certo.

O SR. NICOLAU CURY - Só caberia à indústria, e, na verdade, é a indústria que regula o preço do medicamento. Obrigada, por não apresentar planilhas para controle, na verdade quem define o preço do medicamento é a indústria. Eu acredito que, se houver isenção no Imposto de Importação dos medicamentos, porque hoje muitos medicamentos já são importados, pode ocorrer uma redução no preço no mercado nacional. Em relação ao ICMS, eu acho que a isenção seria uma coisa justa, porém, eu acho que deveria haver um controle adequado disso, deveria haver providências no sentido de que isso efetivamente fosse repassado para o consumidor. Se a preocupação desta CPI é a redução dos preços de medicamentos, eu acho que ela está vindo exatamente de encontro a uma publicação que eu vi na Internet, em setembro de 1998, que era a política nacional de medicamentos definida pelo Governo. Nessa política que foi definida, foi divulgada pelo Ministério da Saúde em setembro de 98, não me recordo exatamente a data, se foi 28 ou 30 de setembro de 98, se estabelecia uma

preocupação muito acentuada na redução dos preços dos medicamentos no mercado nacional, com o objetivo de fazer com que os consumidores tivessem possibilidade de se medicarem ou de serem medicados, melhor dizendo, porque a automedicação não é recomendável e deve ser combatida. Creio ter respondido à sua primeira pergunta. Me perdoe, mas a segunda...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - A substituição tributária.

O SR. NICOLAU CURY - Em relação à substituição tributária, eu praticamente não tenho condições de lhe falar, porque a Mercantil Farmed só opera dentro do Estado de São Paulo. E o Estado de São Paulo retirou-se do convênio CONFAZ, porque vários Estados, desrespeitando totalmente as normas do CONFAZ, estavam concedendo vantagens fiscais para as empresas estabelecidas nos seus Estados, prejudicando o Estado de São Paulo. A gota d'água foi quando o Estado do Paraná concedeu benefícios, e o Estado de São Paulo, então, retirou-se do convênio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra, então, o Dr. Gilberto Maia Filho, para responder à pergunta do nobre Deputado Darcísio Perondi.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Excelência, com relação à questão... A primeira pergunta era a questão dos impostos, né? Só para lhe dar uma informação, da margem do distribuidor que foi citada já em outros eventos, de 16%, margem bruta, desculpe, nós pagamos impostos sobre vendas 6,91%, ou seja, da margem do distribuidor, 43,19% dela é imposto, são os impostos sobre vendas. Aqui nós não consideramos outros impostos, seria o ICMS, que é de 18%, alguns Estados é 17, eu coloco como 18; o PIS e a COFINS, 3,65; e a CPMF, 0,38. Somando isso, dá 6,91, que significa 43,19% do preço da nossa margem bruta. Um cálculo rápido sobre o varejo que eu fiz aqui, esse mesmo número é de 31% da margem do varejo. E eu até não poderia citar da indústria, porque eu acho que é um cálculo bem mais complexo, mas acredito que também a cifra, ela é mais ou menos elevada ou, diria, bastante elevada. Eu entendo que o componente de imposto, no preço do medicamento, é muito expressivo, tomando por base a margem que o distribuidor tem, eu diria que quase 45% é imposto. E esses cálculos são fáceis de esclarecer e são muito simples. Entendo também que, se, por acaso, se resolver pela exclusão desses impostos na composição do preço, é muito fácil também calcular qual seria o novo preço. Então, se existe um composto de imposto

no varejo, na distribuição e na indústria, se calcula quanto é em cada um dessas três etapas e se decompõe do preço ao consumidor final. Isso, no meu entendimento, seria relativamente simples, de se estabelecer uma nova listagem de preços baseados nessa composição, até com um cálculo de um índice multiplicador dos preços atuais para os novos preços. Com relação a... E ali, é só complementando, no meu entendimento, isso baratearia o preço do medicamento, e, por consequência, entendo que ampliaria a ação, quer dizer, o acesso do medicamento a populações, à população que não tem os recursos necessários pra aquisição do medicamento. Com relação à questão dos genéricos, que a Excelência, S.Exa. perguntou, eu diria que ainda é pequena a produção, eles começaram praticamente em final, meados de fevereiro. Nós estamos em março, e eu diria que talvez mais uns seis meses, eu acredito, quatro a seis meses, no momento em que se estabeleça uma produção já maior, vá... o genérico deve tomar um espaço significativo no mercado. E, pelo que nós temos observado inicialmente, a aceitação tem sido muito boa, tudo o que se compra se vende, não fica nada em estoque. Então, a percepção inicial é de que é, é uma estratégia, ou seja, é uma condição boa de oferecer um melhor preço ao consumidor. Com relação à substituição tributária, que V.Exa. perguntou, acho que foi uma estratégia dos Estados em melhorar a arrecadação, mas, talvez, pelas diferenças estaduais, até... Eu não, não entendo bem como funcionam esses, essas relações entre os Estados, mas imagino que, talvez pela dificuldade de um Estado do Norte, Nordeste ou do Sul em fiscalizar o recolhimento feito por uma indústria em São Paulo, que tem que ter o acompanhamento, imagino, da fiscalização de São Paulo, imagino que todos os Estados querendo fiscalizar uma indústria que acabou sendo o arrecadador, ou seja, o contribuinte substituto, ele deve ter..., imagino que deve ter criado uma sobrecarga muito grande na receita estadual de São Paulo, é meu entendimento. E talvez diferenças de interesse entre os Estados, o que sabemos é que gerou conflito muito grande, e aí cada Estado tomou a sua decisão. Alguns Estados do Norte, Nordeste ou da Região Centro-Oeste criaram os incentivos tributários especiais, que desagradaram outros Estados. Então, eu acho que é uma questão bastante complicada. Eu entendo que hoje há um certo equilíbrio no mercado nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Concluiu, Deputado?
Muito agradecido a V.Exa. Tem a palavra o nobre Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu pediria só pro Sr. Nicolau e Dr. Gilberto — eu tenho várias perguntas — ser bem sucinto nas respostas. Os senhores poderiam me dar, primeiro o Sr. Nicolau, depois o Sr. Gilberto, o faturamento das empresas dos senhores em 97, 98 e 99?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quem é que tem condições de responder primeiro? (*Pausa.*) Dr. Nicolau.

O SR. NICOLAU CURY - O da Mercantil Farmed, em 97, foi de 438 milhões e 5 mil reais; o de 98 foi de 446.820; e o de 99 foi de 459.902.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Gilberto?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Em 97, foi 804 milhões, 202 — 97; 98, 996.623; e 99, 1 bilhão, 185.959.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - 185?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - 1 bilhão, 185.959.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A sua distribuidora é a segunda maior do País?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Acredito... Não no ranking oficial, mas, é, talvez, acreditaria que estaria nessa posição.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Tanto uma quanto a outra só têm, só faz distribuição ou tem rede de farmácia e laboratório associado?

O SR. NICOLAU CURY - Nós não temos nenhuma participação no varejo. Nós nos dedicamos...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Nada. Nem laboratório?

O SR. NICOLAU CURY - Nem laboratório. Nós nos dedicamos exclusivamente à (*ininteligível*).

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Nós temos hoje três farmácias, que é a origem da empresa. Em 1955, começou com farmácia. E nós tivemos, já na década de 70, em torno de quinze farmácias.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Essas farmácias foram fundadas quando? E são aonde?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Elas foram fundadas em 1995, em Laranjeiras do Sul, no oeste do Paraná.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - As três são no mesmo lugar?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Começou com uma farmácia pequena, e elas evoluíram, pra, na década de 70, em torno de quinze farmácias. E nós, em determinado momento, ao longo da empresa, optamos pela distribuição e viemos reduzindo e hoje ainda mantemos três farmácias, que são farmácias que têm um componente emocional, um histórico muito grande nos nossos negócios. E nós utilizamos essas farmácias pra desenvolvimento de tecnologia de **software**, de gestão, de gestão de estoques e tudo o mais, para oferecer (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Quanto o senhor, quanto o senhor pagou de imposto o ano passado?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - O total pago de impostos em 1999 foi de 128 milhões, 376...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Imposto de Renda.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Nós fechamos com um Imposto de Renda... Nós não pagamos o ano passado, nós fechamos com um pequeno prejuízo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor faturou 1 bilhão, 185 milhões, 959 mil e não teve um centavinho de lucro?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Excelência, o distribuidor é um atacadista que trabalha com uma margem muito pequena. Não pode ser comparado com qualquer atividade...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor me desculpe, eu não perguntei pro senhor a desculpa pro senhor não ter pago. Eu tô perguntando se o senhor faturou 1 bilhão, 185 mil, 959 reais, mil reais e não teve um centavinho de lucro. É esta a pergunta: sim ou não? Qual foi o seu prejuízo então?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Eu até não tenho a informação pra lhe dar do prejuízo...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor não tem a informação.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não, foi um prejuízo pequeno. O que eu posso lhe garantir é o seguinte: os impostos maiores que nós temos são os impostos sobre faturamento, porque os nossos faturamentos, eles são, eles são muito grandes...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu não tenho tempo pra ficar aí pegando explicação do senhor. Eu acho que, se os outros Deputados tiverem

alguma curiosidade quando a outras coisas, eles vão perguntar pro senhor. Eu lhe fiz uma pergunta: o senhor não sabe qual foi o prejuízo?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Eu, eu não tenho. Posso lhe informar posteriormente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor sabe qual é o faturamento, mas não sabe qual foi o prejuízo?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Eu não tenho a informação aqui. Posso fornecer posteriormente a...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Nicolau, quanto foi pago de imposto e de Imposto de Renda o ano passado? O senhor sabe me dizer?

O SR. NICOLAU CURY - Lamentavelmente, eu não tenho esses números aqui.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas o senhor pagou Imposto de Renda?

O SR. NICOLAU CURY - Paguei sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, o senhor teve 459 milhões de faturamento e teve lucro?

O SR. NICOLAU CURY - Tive sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor sabe mais ou menos a porcentagem do lucro que o senhor teve?

O SR. NICOLAU CURY - É muito pequena.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sim.

O SR. NICOLAU CURY - Deve estar entre 1 e 2%, porque, na verdade, (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Ou seja, o senhor deve ter lucrado, na pior das hipóteses, cerca de 5 milhões, 1%, 1,5 ou mais...

O SR. NICOLAU CURY - Ou talvez um pouco mais.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Um pouco mais? Que chegue a 10 milhões, não importa. O senhor teve lucro. E ele faturou 1 bilhão, 185.... Só pro senhor não vir a metade do que é.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Olha, como eu lhe expliquei, Excelência, a margem do distribuidor é muito pequena. Eu fiz, fiz a colocação, porque, quando nós analisamos....

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Por menor que, por menor que ela seja, não justifica o senhor faturar 1 bilhão e 100 e não ter um centavo de lucro. O senhor me desculpa. E os anos anteriores, o senhor sempre teve prejuízo, em 96, 97, 98?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não, eu não tenho essa informação pra lhe dar dos anos anteriores. Posso fornecer posteriormente...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor me deu os faturamentos, como é que o senhor não pode me dizer quais foram os impostos?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não, mas esse número eu não tenho. O que eu quero insistir com V.Exa. é de que...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor não tem que insistir nada comigo. Eu que vou insistir com V.Sa. O senhor já teve problema de carga roubada?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Tivemos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Quantas cargas o senhor teve roubada no último ano?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Eu não tenho a relação de carga, mas eu tenho o total que eu posso lhe informar, se satisfizer a S.Exa.: o total de mercadoria roubadas no ano de 99 foi de 2 milhões, 544 mil, 852...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Quantos furtos?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Eu até não tenho. Eu tenho uma relação...

O S. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor, por favor, pode me dar uma relação dos roubos com as cópias dos Boletins de Ocorrência?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Pois não, pois não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor tinha seguro nessas cargas?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Nós temos, tivemos seguro até setembro do ano passado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Essas cargas eram na sua maioria vendidas a hospitais?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Cargas a serem entregues a hospitais?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Nós trabalhamos basicamente com farmácias...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor não entra em concorrência pública?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não, não entramos em concorrência pública. Trabalhamos muito pouco. Inicialmente...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor teve problema de carga roubada, Sr. Nicolau...

O SR. NICOLAU CURY - Tivemos sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... ou o senhor entra com... O senhor sabe me dizer quanto e... Quanto?

O SR. NICOLAU CURY - Eu não tenho os valores exatos, mas ao longo de 1999, com certeza, nós tivemos mais de vinte casos de roubos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor não sabe mais ou menos quanto?

O SR. NICOLAU CURY - De assalto... Os valores, realmente, eu não tenho. Mas foram todos cobertos por seguro, embora nós tenhamos que arcar com uma franquia, certo? Nós temos 30% de franquia, que é responsabilidade nossa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor teve problema de carga do senhor, que foi apreendida, sem nota fiscal?

O SR. NICOLAU CURY - Não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor teve?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não, nenhuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Nunca teve?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não tive.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Aonde que são a sede e a subsede do senhor?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Nós temos uma sede em São Paulo, Capital, uma em São Paulo interior, em Araraquara, uma em Curitiba, Porto Alegre, no Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Posso ir na Polícia Rodoviária, na Secretaria de Fiscalização da Fazenda, eu não vou encontrar nada a respeito disso?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Pode.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor, é só São Paulo, o senhor disse, né?

O SR. NICOLAU CURY - Mas nunca tivemos nenhum caso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Olha, eu tenho outras perguntas pra fazer, mas eu vou voltar um pouquinho aqui no Sr. Gilberto. Sr. Gilberto, 1 bilhão, 185 milhões, 959 mil, o senhor vem me dizer que não teve um centavo de lucro. O senhor pode me explicar como é que se consegue ter uma péssima administração, ou é uma pura má-fé pra não pagamento de imposto?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Diria que nem uma coisa nem outra, Excelência. Nós fizemos o ano passado um investimento de 1 milhão, 750...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Investimento é lucro.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não, investimento em despesa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Investimento é lucro.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Então, corrigindo...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor me desculpa, mas eu sou empresário também...

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Nós tivemos, é, nós tivemos uma despesa o ano passado...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não vamos tentar enrolar ninguém aqui, porque tonto aqui não tem ninguém.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - O que não é minha intenção, Excelência.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, tá bom.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - A minha intenção é prestar...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, tá bom. Vamos esclarecer isso tudo.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - A minha intenção é prestar esclarecimento a V.Exa. Nós investimos o ano... Desculpa, nós tínhamos uma despesa o ano passado, entre segurança patrimonial, escolta, rastreamento via satélite de cargas, todo o pessoal envolvido, de 1 milhão, 750 mil reais.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Escuta, eu tô falando em 1 bilhão e 185 milhões e 959 mil, ou é 1 milhão e 180 mil o faturamento da sua empresa?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não, eu tô tentando responder a V.Sa. que nós fizemos...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor tá tentando me dizer que o senhor não teve lucro, que o senhor gastou 1 milhão em cima de um faturamento de 1 bilhão e 185 milhões?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Conforme eu tinha explicado inicialmente, dos 16% de margem, nós pagamos 43% de impostos sobre vendas. Se colocarmos as despesas operacionais que nós temos, nós chegamos a um resultado final muito pequeno. Qualquer diferença pra mais ou pra menos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu só queria, só queria... Quarenta e três? O senhor podia distribuir? O senhor ganha...

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Poderia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor disse que ganha 16%. Desses 16, 43. Pra onde é vão esses impostos?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Desses impostos, 2,88% são impostos estaduais, que é o ICM...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - ... 3,65% é o PIS e a COFINS; o PIS é 0,65 e a COFINS é 3%; e a CPMF, 0,38.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Quer dizer, são impostos que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Isso aqui dá 6% de...

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Seis vírgula noventa e um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Seis por cento, né?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - É. Esses 6,91, ele significa 40, aproximadamente 44% do total da margem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está com a palavra, o Deputado... Não é isso, não.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Então, eu diria o seguinte, eu diria que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Deputado, não é isso não, não é isso. Com a palavra o Deputado Robson Tuma. Desculpe a interferência, mas não é isso, não entendi, não. Continua não sendo 43, continua sendo 6%. Tem a palavra V.Exa.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - É, 6% sobre o faturamento, Excelência. E da margem bruta seria 43%. Então, decompondo isso...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Vamos supor que o senhor esteja falando a verdade. O senhor me desculpe, com todo o respeito, mas eu acho que o senhor tá tentando enrolar os números aqui. O senhor disse que teve 16% de margem de lucro. Nós estamos falando em cerca de 17, minto, 175 milhões. Desses 175 milhões, vamos supor que o senhor esteja correto, quando o senhor fala, e nós já tamos vendo que o senhor não está, porque o senhor fala que 43% do seu lucro é de imposto, mas ao mesmo tempo o senhor diz que só faturou 16, que dá cerca de 17, de 170 milhões... E o senhor diz que pagou 128. Ou o senhor não sabe fazer número, ou o senhor tá me enganando, ou é eu que não sei mais fazer conta. Porque 128 milhões, que o senhor disse que o senhor pagou de imposto, não chega nem perto de 43. É muito mais. Mas o senhor tá dizendo que é 43. Então, vou pelo seu número; 175 milhões de lucro, o senhor pagou aí cerca de 90, 70 milhões de lucro. Aonde vocês enfiaram 100 milhões pra não pagar o imposto?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Desculpe, Excelência, eu não entendi a sua pergunta.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor que 43% do seu lucro são impostos; o senhor disse que a margem de lucro é 16%. O senhor quer fazer as contas?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Ah! Entendi.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor recebeu 175 milhões de lucro, como o senhor disse...

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não foi...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... pagou 43% de 175, cerca de 90 milhões — menos, cerca de 70 milhões —; sobraram cerca de 105 milhões, depois dos impostos. O senhor enfiou aonde esse dinheiro?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Nós temos despesas com vendas de 3%, despesas de administração geral da empresa, numa faixa de 2,5%; nós temos despesas com transporte e seguro, segurança, na faixa de 1,5%...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor me desculpa....

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - ... e despesas que....

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não, não, não, o senhor me desculpa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas ele tá, ele tá respondendo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas ele tá respondendo uma coisa que não é real, Sr. Presidente. Esses dados estão computados já no preço. Quando ela fala 16% de margem de lucro, significa que são todas as vendas, menos todos os gastos, para que essas vendas sejam executadas.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Esses 16% é o desconto que nós recebemos da indústria. Então, nós ficamos com esse percentual, como margem bruta, Excelência. Desse percentual, nós temos que tirar os impostos, que eu lhe falei, que são aqueles 6,91%.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Qual é o seu salário?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - As nossas...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Qual é o salário do senhor?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - O meu pró-labore é na faixa de 18, 20 mil reais.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor tem participação no faturamento?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não, eu sou sócio-gerente e tenho um pró-labore de aproximadamente 18 ou 19 mil reais. Eu não sei, porque o valor...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Quem são os sócios da empresa?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Eu e minha filha.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor e sua filha?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E ninguém tira mais do que 18 mil?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não. A minha filha atua como sócia-cotista e eu atuo como sócio-gerente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor tira só 18 mil? (Pausa.) Olha, eu sei que o meu tempo tá se encerrando e eu não posso me estender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas, doutor, convenhamos, 1 bilhão, 185 milhões, 959 mil... O senhor teve lucro em 98?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Eu não tenho essa informação, Excelência, pra lhe dar sobre 98.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas o senhor é o dono da empresa.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Mas.... Eu posso fornecer isso posteriormente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Como é que o senhor não sabe se o senhor teve lucro em 98? Isso, o senhor sabe dizer...

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - O que eu posso lhe di...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... se a empresa foi mal, está no vermelho. O senhor pode não me precisar o quanto, mas se deu lucro ou não, o senhor, bah!, o senhor sabe me dizer, sim. O senhor pode não querer me dizer.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não, eu posso lhe dizer que nós tivemos um lucro pequeno em 98, mas eu não sei lhe precisar o valor...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, tudo bem.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - ..só essa a informação.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Só em 98 — só pra encerrar, Sr. Presidente — faturou 996 milhões, 996 milhões; em 99, o senhor fatura cerca de duzentos milhões a mais e diminui o seu lucro? O senhor me desculpa, mas o mínimo que eu posso pedir é que Receita Federal faça uma vasculha imediata na sua empresa, afim de descobrirmos se V.Exa. é, como parece, um sonegador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado Robson Tuma. Com a palavra o nobre Deputado Max Rosenmann.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Sr. Presidente, as minhas perguntas estavam na mesma linha, aproximada, do Deputado Robson Tuma. Eu gostaria de fazer uma pergunta assim: dos cinco anos últimos, sobre o faturamento de 95 em relação ao faturamento do ano 99, cinco últimos exercícios, qual foi o percentual de crescimento do faturamento? E a minha pergunta, ela é originária de um outro depoimento, de um outro distribuidor que aqui compareceu e que teve um crescimento de vendas em quinze vezes. Gostaria de saber qual foi o crescimento que vocês tiveram nos últimos cinco anos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Aos dois, quem responde primeiro? Quem está mais pronto?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - A evolução do faturamento da Distribuidora Santa Cruz, de 95 pra 99, foi de 133%. Gostaria de salientar que nesse mesmo período o mercado cresceu 79%, quer dizer, praticamente 80%. Então, o crescimento em cinco anos, descontado o crescimento do mercado, é de

aproximadamente 30%. Por que que eu considero do mercado? Porque se nós continuarmos na situação em que estamos hoje... Nós evoluímos de acordo com a evolução do mercado. Então, quando nós entendemos como crescimento, é o crescimento real acima do que o mercado cresceu. E nós, distribuindo esses 30%, ao longo de cinco anos, eu diria que um ano sobre o outro dá aproximadamente 5% de crescimento, acima do que o mercado cresceu.

O SR. NICOLAU CURY - O crescimento da Farmed nesse período de 95 a 99 foi lamentavelmente de só 53%.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Certo, vocês dois, quando fizeram depoimento, comentaram... Aliás, eu queria fazer uma pergunta aqui, que o companheiro Deputado Zuppo gostaria de saber sobre as explicações que se estava fazendo, o representante da Santa Cruz, que houve sobre vendas em torno de 3% de gasto; 1,5% de..., 2,5 de administração; 1,5, e faltou a questão do gasto financeiro. Esqueceu de falar.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - É, eu tinha colocado 3% de despesas de vendas; 2,5% de despesas de administração geral; 1,5% de transporte e seguro; e em torno de 1.2% de financiamento de vendas, despesas financeiras e custo de manutenção do estoque.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - A minha pergunta é sobre essa questão de carga roubada. Vocês fizeram uma declaração de que houveram muitas cargas roubadas. A Comissão tem recebido muitas cartas das Polícias de vários Estados, que a maioria delas dizem que não houve roubo de carga roubada. Então, eu pergunto... Vocês trabalham só em São Paulo, então, certamente, a minha pergunta vai corresponder à minha expectativa de que a carga roubada sua é em São Paulo. Eu pergunto à Santa Cruz se as cargas roubadas são só em São Paulo também ou são em outros Estados. E a segunda, uma pergunta complementar: se houve alguma vez nessas cargas roubadas alguma recuperação. Se conseguiram recuperar alguma carga roubada, e se essas cargas roubadas foram encontradas em alguma rede de farmácia?

O SR. NICOLAU CURY - Já houve algum caso de recuperação de parte de cargas, mas nunca foi em farmácia. Elas foram encontradas, geralmente, em depósitos, casas, tá certo?

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Tá certo.

O SR. NICOLAU CURY - Mas a recuperação é muito difícil, e...

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Não deu pra vincular com, com alguma rede de farmácia que tivesse comprando?

O SR. NICOLAU CURY - Não, absolutamente, não. Nunca.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Nem na confissão dos ladrões?

O SR. NICOLAU CURY - De modo algum. Mesmo porque a gente não tem acesso a isso. Nós denunciamos, nós reclamamos, nós exigimos das companhias seguradoras, da Polícia, e não... infelizmente, a coisa não chega a se resolver.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Excelência, os roubos predominam em São Paulo, e a gente dificilmente sabe do desenrolar de cada roubo. O que nós temos em muitas situações é que nós conseguimos evitar os roubos, através do sistema de segurança. Por exemplo, hoje todos os veículos são controlados via satélite. Existem... No nosso caso, nós temos três centros de controle, que são vários terminais, em que várias pessoas ficam monitorando durante todo o tempo o trajeto de todos os caminhões, ou de Kombis, ou de carros pequenos. E eles têm como, através desse terminal de computador, travar o combustível do caminhão, lacrar o baú, acionar a sirene, e assim por diante, quando qualquer desvio de rota ou qualquer situação de pânico, que o motorista aperte a tecla de pânico ou coisa assim. E também existe uma outra tecnologia, que a gente chama que é a tecnologia embarcada, que existe um controle de computador em que o motorista tem que, a cada parada programada no computador, colocar uma senha, e caso isso não aconteça, de acordo com o que estava programado, o veículo é travado e tudo mais. Nós temos através das tecnologias evitado, evitado diversos roubos. Agora, quando o roubo acontece é muito difícil a gente saber pra onde essa mercadoria vai, quem é o receptador, como é que funciona daí pra frente. Nós realmente não temos conhecimento e imagino que, provavelmente, a Polícia, as delegacias especializadas talvez tivessem mais informações sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Sr. Presidente, eu até não ia falar, mas eu gostaria só de complementar, porque eu trabalho na Comissão de Finanças e Tributação e eu acompanho muito essa questão de tributos. E acho realmente que essa questão do imposto de renda das pessoas jurídicas é, na verdade, um grande cinismo, porque se pegarmos, dos 250 bilhões que o Governo brasileiro arrecada de verdade, não dá 5 bilhões de imposto de renda da pessoa jurídica. A pessoa física arrecada 30, 40 bilhões. Pessoa jurídica sempre foi, no Brasil, em todos os ramos, se for a Volkswagen, for em qualquer atividade, elas sempre se

encerram desta forma mesmo. Então essa outra questão não me... não me causa nenhum tipo de espanto. Só queria exteriorizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Eu tava falando com o Zuppo que realmente é um grande cinismo querer que as empresas apresentem... É tanto que nos Estados Unidos, hoje, um dos grandes pontos que está se levantando é acabar com o imposto de renda da pessoa jurídica, porque os grandes países da Ásia e de outros nem têm imposto de renda. Então, é uma discussão internacional que está sendo feito. E as empresas, na verdade, elas contribuem com os impostos sobre o tráfico, sobre o trânsito da riqueza, e não o imposto de renda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Com a palavra o Deputado Iris Simões.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Tá aí o COFINS pra justamente cobrar.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Srs. Deputados, Sr. Relator e o Sr. Nicolau Cury e Gilberto Maia Filho. O Relator perguntou, e com brilhantismo, nós escutamos o Sr. Nicolau, a questão dos bonificados. Eu acho que é um dos grandes motes desta Comissão. Nós observamos que, nos últimos anos, diminuiu o número de quantidade de unidades vendidas no País, mas aumentou o lucro, seja das distribuidoras e também dos laboratórios. Essa... Essa questão que me prende, Sr. Nicolau. Como é que é feita essa...? Como é? Como é que se processa essa questão dos bonificados dos laboratórios para as distribuidoras e para as farmácias? O senhor falou em torno de 40%. Mas nós temos depoimento de que é um por um, dois por um, três por um. Isso vem na nota? Vem na carga? Como é que é?

O SR. NICOLAU CURY - Quando eu iniciei minha atividade no ramo, é... falava-se muito em dois por um e até três por um.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - A quantos anos atrás isso?

O SR. NICOLAU CURY - Há 27 anos. É... Posso lhe dizer que nos últimos dez ou quinze anos deixou de existir pelo menos o dois e o três por um para existir o um por um. Na verdade, o um por um é um desconto de 50%.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Não vem na nota uma quantia?

O SR. NICOLAU CURY - Vem o preço, vem o preço total e às vezes o desconto. E as vezes já vem o preço final. Suponhamos que o produto...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Não, eu entendi e é exatamente essa explicação, o senhor me desculpa...

O SR. NICOLAU CURY - ..ele vem faturado por 50. Sobre os 50, nós recebemos 20% de desconto e nós vendemos por 50.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas isso é.... Mas esse é o caso... Essa é a, é a, é a explicação que nós ouvimos aqui várias vezes, Sr. Nicolau. Mas o que nós buscamos mesmo é, no transporte, a carga com 100 caixas na nota e na mercadoria, na carga, na carga mesmo, no caminhão, 300, 200.

O SR. NICOLAU CURY - Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Existe esse... existe essa...?

O SR. NICOLAU CURY - Não, não existe.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor já praticou isso naqueles tempos, há 27 anos?

O SR. NICOLAU CURY - Não, eu não pratiquei de modo algum, de modo algum. Porque, há 27 anos, quando nós começamos a operar no ramo, nós começamos operando com empresas multinacionais, certo? E eu acredito que elas não têm esse tipo de prática.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas as nacionais têm?

O SR. NICOLAU CURY - Não, não posso lhe acusar absolutamente. Não posso confirmar que as nacionais têm.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Nós tivemos um dono de farmácia em Curitiba que diz que têm.

O SR. NICOLAU CURY - Se, se existe, é um...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Foi preso com medicamento roubado na sua farmácia.

O SR. NICOLAU CURY - Mas, se existe, se existe, isso é numa escala tão pequena, tão reduzida...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Você não entende que, diminuindo a unidade, diminuindo a unidade de...

O SR. NICOLAU CURY - ..que eu não tenho, não tenho conhecimento de um caso sequer.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Diminuindo a unidade, quer dizer, a quantidade vendida no País, e aumentando os lucros, não tá por trás de tudo isso a sonegação?

O SR. NICOLAU CURY - Não. A redução de unidades ocorreu principalmente em função da substituição de medicamentos que exigiam tomada de três ou quatro vezes ao dia. Apareceram, foram pesquisados e surgiram produtos...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Remédios mais eficientes?

O SR. NICOLAU CURY - Não mais eficientes, tão eficientes quanto, porém com necessidade de uma única tomada. Então, ao invés de tomar três comprimidos ou quatro...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor poderia me dar um exemplo de um medicamento desse? Deve ser...

O SR. NICOLAU CURY - É, os remédios para tratamento de blenorragia, certo? Então, a tomada única, antiga...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Isso ainda existe?

O SR. NICOLAU CURY - Existe, existe. Antigamente existia...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas que não é uma coisa tão comum.

O SR. NICOLAU CURY - Não é, mas é um, é um exemplo. Agora, existem, existem antiinflamatórios...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Pode ser comum, mas a quantidade, quer dizer, a proporção daquilo que realmente acontece, das doenças que ocorrem...

O SR. NICOLAU CURY - Veja bem, um outro, Excelência, num outro caso: um antiinflamatório. Às vezes, antigamente, tinha que tomar de seis em seis horas. Hoje, o cidadão toma um comprimido a cada 24 horas.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Então, o senhor atribui a isto?

O SR. NICOLAU CURY - Eu atribuo à redução unitária, unitária, a isso. Afora isso, ao crescimento do preço dos medicamentos, que realmente cresceram. Com o advento de novas fórmulas, novos produtos, mais modernos, houve um crescimento no preço dos medicamentos.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Em sonegação o senhor não acredita?

O SR. NICOLAU CURY - Não, não acredito.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor acredita que um empresário possa crescer sem sonegar, no País?

O SR. NICOLAU CURY - A Farmed tem crescido muito pouco, mas tem crescido sem sonegar.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Gilberto, o senhor tem crescido sem sonegar?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - O nosso crescimento, conforme foi colocado, foi bastante modesto, acima do mercado. E não é possível sonegar. Nós não sonegamos. Acredito que a empresa...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Nunca foi transportado o dois por um, o três por um?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Quer dizer, a carga com... Cinquenta na nota, e a carga com trezentos?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Nós não, não trabalhamos com produtos bonificados. Não sei se é o que S.Exa. quer dizer de...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Os produtos... Por exemplo, o senhor trabalha com o Neo Química?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Nós trabalhamos com a linha de genéricos... O Neo Química não tem genéricos. Nós trabalhamos com a linha do Teuto, de genéricos.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas o Teuto também produz bonificados.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Mas nós não trabalhamos com a linha de bonificados. O Teuto tem uma linha que eles chamam de linha de receituário, tem uma linha de produtos OTC e tem uma linha de genéricos. E nós trabalhamos com esses produtos.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Nicolau, o senhor trabalha com os bonificados, então?

O SR. NICOLAU CURY - Trabalho com alguns sim.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Do Teuto?

O SR. NICOLAU CURY - Trabalho.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Do EMS, do Neo Química?

O SR. NICOLAU CURY - Trabalho.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Bom, eu, eu ainda fixo essa questão, Sr. Relator, para, até para a nossa reflexão nas nossas reuniões. Eu acho que o

grande, o grande trabalho da Comissão é, nós precisamos, inclusive, dar um, fazer diligências na saída dos medicamentos dos laboratórios e na chegada nas farmácias. Parece-me que a Receita, enfim, não tem, não tá tendo instrumentos. Eu acho que nós poderíamos fazer isso. É claro que não divulgar pra imprensa que nós vamos hoje no laboratório tal. Mas era imprescindível, pra que a gente buscasse essa informação, que todos nós apalpamos, mas parece que é no escuro, a gente não consegue ver: a sonegação. E que aumenta o faturamento de todo mundo e diminui a unidade vendida no País. É isso que eu tenho me perguntado ultimamente. E eu queria deixar esta, inclusive esta observação ao Sr. Relator, ao Sr. Presidente e aos membros desta Comissão, porque nós estamos próximos de descobrir por que que se cresce tanto o faturamento de todos que se envolvem no, no mercado, e o número de produtos vendidos diminui. E o bonificado, Sr. Presidente, nunca é repassado, aquela quantidade que o laboratório ganha, que o distribuidor ganha e que a farmácia ganha nunca é passado ao consumidor. Já que existe o bonificado — todos nós sabemos que existe —, nós precisamos rever, Sr. Relator, na questão da legislação, porque, se é pra fazer propaganda, na farmácia, o laboratório multinacional faz com o médico, enfim, eu não acho muito ético isso. Acho que nós devemos pensar mais. E os senhores são empresários e nós aqui, como Deputados, representantes do povo, vamos pensar um pouquinho mais lá, lá no final, na mãe que não tem emprego, no aposentado que ganha uma miséria e que não pode comprar o medicamento. Os senhores também precisariam apresentar pra nós, Deputados — pra concluir, Sr. Presidente —, se vai ser acolhido por esta Comissão, pelo Governo, a questão da ABIFARMA. Mas precisamos também dos distribuidores alguma coisa palpável para melhorar a condição de medicamentos no País. Não podemos trabalhar com a doença do brasileiro e ganhar em cima apenas da doença, sem que a gente possa dar um retorno. E os senhores podem contribuir com isso. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado Iris Simões. Com a palavra o nobre Deputado Luiz Ribeiro. (*Pausa.*) Ausente S.Exa. Com a palavra o nobre Deputado Robério Araújo.

O SR. DEPUTADO ROBÉRIO ARAÚJO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma troca quanto à ordem de perguntas e passar, abrir mão para o companheiro Arlindo Chinaglia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Por permuta de V.Exa., com a palavra o nobre Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado, Sr. Presidente, e agradeço ao Deputado Robério. Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Nicolau e Gilberto. Sr. Nicolau, é... no início da sua exposição o senhor fez uma referência rápida, que me chamou atenção, quando o senhor fala "eu sei que é um tema controvertido", e o senhor se referia a terceirização e que gerou esse papel que hoje têm os distribuidores. O que o senhor quis dizer ao falar "eu sei que é um tema controvertido"?

O SR. NICOLAU CURY - Eu digo que é controvertido porque há aqueles acham que a terceirização é a solução de tudo e há outros que entendem que já deve se aplicar a "quarteirização". Hâ, por isso é que eu entendo isso controvertido. Mas, na verdade, hâ... o que a distribuição representa nada mais é do que a complementação de um trabalho da própria indústria. A indústria teria que fazer esse trabalho, mas ela não tem condições materiais hoje de fazê-lo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Muito bem. É... O Deputado Iris acabou de fazer uma referência. Eu imaginava fazer a pergunta sobre o mesmo tema, talvez a abordagem lhe pareça igual, mas eu vou tentar ser claro. É... Analisando a série histórica daquilo que é o faturamento da indústria farmacêutica e o número de unidades produzidas, nos últimos anos as unidades produzidas que são divulgadas, ela tem permanecido estável. E, ao mesmo tempo, o faturamento foi multiplicado por dois, por três. E eu confesso que no início da CPI eu analisava que isso era apenas um aumento abusivo de preços, consequentemente dos lucros da indústria farmacêutica, até porque a comparação é feita em dólar. Por isso que nunca nos convenceu — a mim, pelo menos — o discurso da indústria farmacêutica dizendo que, por exemplo, a desvalorização cambial tenha tido uma incidência, visto que a série, ela é comparativa em dólares. Entretanto, com os debates e com as denúncias, com os comentários, é... eu comecei a perceber o grande papel que têm os distribuidores. E aí eu queria perguntar pro senhor: não tem aí o componente roubo de cargas, que volta ao mercado, e que mascararia, por exemplo, esta suposta manutenção das unidades produzidas? Ou seja, se produz, aí há um esquema de roubo de cargas, volta ao mercado sonegando e, portanto, não seria a mesma quantidade de medicamentos fabricados. Ou seria, teria um

aumento, mas que estaria mascarado por esse mecanismo de roubo de cargas que volta pro mercado, chamado "mercado informal".

O SR. NICOLAU CURY- Excelência, eu acredito que não, por uma razão: a Farmed, só aqui na...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu não tô falando da Farmed, eu tô falando em tese, viu?

O SR. NICOLAU CURY- Não, não. Mas eu, eu só posso, na verdade exemplificar com a Farmed.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu entendo.

O SR. NICOLAU CURY- A Farmed, ela faz duas entregas por dia e utiliza em torno de sessenta veículos para fazer as entregas. E utiliza os sessenta veículos, quando poderia utilizar metade. É que nós temos que fracionar a carga para corrermos menos risco. Porém, eu não... eu acho que o roubo que nós sofremos não chega a ser 1% da carga. Então, isso não é tão expressivo. Eu acho que não, não, não pode conduzir à conclusão que — me permita dizer, Excelência — o senhor tá imaginando que esteja acontecendo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu tô perguntando, exatamente, porque...

O SR. NICOLAU CURY- Eu acho que não, acho que não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É... Eu tô dizendo da minha parte. Nós temos alguns exemplos de empresas distribuidoras que tiveram um crescimento assustadoramente grande. É... E, portanto, nós tamos, aqui, tentando obter do senhor informações. O senhor trabalha no meio, não significa que estamos atribuindo ao senhor qualquer hipótese, nem tô tirando conclusão. Fiz uma hipótese. Pois bem. Nessa linha ainda, que proposta, que sugestão o senhor faria pra que não houvesse essa insegurança de quando o produto sai da produção até chegar no chamado posto final de venda, vamos simplificar, farmácias? Por quê? Hoje, não se tem controle, não se imagina o que ocorre com carga roubada. Por exemplo, por hipótese não dá pra excluir que a própria distribuidora organize o seu roubo, faça voltar ao mercado, deixa de pagar imposto. Estou falando... Não tô lhe atribuindo, estou falando... raciocinando. Então, veja: o que que o senhor proporia pra que essa hipótese fosse totalmente eliminada? Por quê? Até onde nós sabemos, não há numeração de lotes nem tão pouco das notas fiscais que permita, por exemplo, pra vigilância sanitária ou um órgão outro qualquer, a partir da

farmácia, falar: "me dê a nota fiscal." Qual lote? Qual foi o distribuidor? Qual foi a indústria? Esse controle não existe.

O SR. NICOLAU CURY- Existe, Excelência, existe. Existe a obrigação do distribuidor de controlar todos os lotes que ele recebe, que ele armazena e que ele expede. Esse controle existe. Todas as distribuidoras têm obrigação de fazê-lo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Deixa eu fazer uma pergunta pra ver se estamos falando da mesma coisa. Mas quando uma carga, ela... Recentemente, no Paraná, por exemplo, a carga roubada, ela foi fornecida por distribuidor. Não chega jamais na indústria.

O SR. NICOLAU CURY- Não chega na farmácia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não. Da farmácia... na farmácia se detecta que é um lote roubado. Aí sabe qual foi o distribuidor que vendeu. Mas não se consegue chegar na indústria. Por que que não se consegue?

O SR. NICOLAU CURY- Teria que conseguir fatalmente, porque se o produto encontrado na farmácia... Eu tenho um exemplo aqui. Desconsiderem a marca, por favor, que eu não quero fazer propaganda. Mas aqui há uma etiqueta da Farmed. É uma etiqueta autodestrutiva. Se este produto estiver na prateleira da farmácia, a fiscalização pode chegar lá e dizer: "Eu quero a nota fiscal desse produto." O cidadão apresenta a nota fiscal. Essa nota fiscal tem que corresponder a este lote que está designado aqui. Levantado esse número de lote que está no produto, ele... o fiscal pode dirigir-se à Farmed e levantar se foi a Farmed, efetivamente, que vendeu ou não. Nós temos esse registro nos nossos computadores e nós sabemos para qual farmácia vendemos cada unidade.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja, o senhor, naturalmente, responde pela sua experiência. E porque o senhor toma a atitude. O que eu estou colocando para o senhor, para a gente tentar contribuir para uma eventual...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Posso ajudar?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor põe na nota fiscal o número do lote?

O SR. NICOLAU CURY - Não, nós não colocamos o número do lote por uma razão, Excelência. É muito difícil conseguir a leitura rápida do número do lote. E a saída dos produtos é muito ágil. Nós expedimos diariamente, em cada remessa,

vamos dizer, 100 mil unidades. A expedição prepara esses pedidos em duas a três horas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Prefere colocar o selo?

O SR. NICOLAU CURY - Não há tempo disponível para dizer: nós vamos fazer em quatro ou cinco horas, porque a farmácia está esperando aquele produto de imediato.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Já foi útil a sua resposta, mas confirma aquilo que inicialmente nós tínhamos apontado, da necessidade de constar o número do lote na nota fiscal. Sabe por quê? O senhor está dizendo que coloca o selo, que ele é autodestrutível. Agora, não obrigatoriamente outras distribuidoras o farão.

O SR. NICOLAU CURY - Todas o fazem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas, veja, e se manhã alguém falsifica um determinado tipo de selo e coloca. Acabou o controle. Aí o senhor vai dizer: olha, não foi a Farmed que fez a distribuição. Morreu a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas e se ele vendeu o medicamento roubado...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, mas ele vai... Mas veja, Presidente, ele vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... e botou outro medicamento? Quer dizer, tem uma...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, mas eu estou dizendo... Não, ele... Mas vamos pegar que alguém pegue um selo da Farmed e coloque. Ele fala: não, não foi a Farmed que vendeu. Aí pára a investigação. Não tem como provar. Agora, se o argumento, para não ter na nota fiscal o número do lote, é que é pequeno, então nós vamos ter que recomendar que fique grande, porque eu creio que é um dos pontos...

O SR. NICOLAU CURY - Mas é que aí teria que ser digitado na saída da linha também.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pode até ter que ser feito.

O SR. NICOLAU CURY - Bom, só, só...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Porque nós estamos tratando, veja...

O SR. NICOLAU CURY - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ... de um mercado de mais de 10 bilhões — dizem 12 —, né, onde nós temos a impressão de que algumas distribuidoras sonegam impostos. E que algumas podem até participar. Por exemplo, a CPI do Narcotráfico está investigando, porque tem esquema de distribuidora que eventualmente — pode não ser a distribuidora, pode ser distribuidora fantasma —, onde parte da carga roubada é paga com droga. Para o senhor ter uma idéia de onde há denúncias. Então, este argumento que o senhor levanta faz parte da sua experiência, digamos, do processo. Agora, para combater, não resolve.

O SR. NICOLAU CURY - Eu apenas queria complementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Veja, se é uma leitura de peso, se tudo é feito oticamente, porque que não pode ler o lote oticamente?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro.

O SR. NICOLAU CURY - Poderia fazer se constasse do código de barras. Mas ainda não está constando do código de barras. Assim que for implantado o código de barras com o número do lote, fatalmente isso tem que ser exigido.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É isso. Veja...

O SR. NICOLAU CURY - Estou de pleno acordo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então pronto. Esgotamos esse...

O SR. NICOLAU CURY - Aí numa passagem leu-se o código de barras e identificou-se o produto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vá em frente. Vou descontar o tempo que eu interrompi V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas foi uma contribuição. Nós podemos dividir o seu tempo, depois junta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vá em frente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja, com referência ainda ao aspecto de atividade empresarial. O senhor conhece alguma distribuidora, algum distribuidor, que uma vez tendo tido, digamos, um ano de experiência no mercado, tenha ido à falência? Não os fantasmas que aparecem para desaparecer em seguida, para fazer esquema. Mas essa atividade, o senhor conhece alguém que foi à falência?

O SR. NICOLAU CURY - Não, não me ocorre.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Nem a mim me ocorreu.

O SR. NICOLAU CURY - Foram à falência algumas empresas já tradicionais no mercado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro. Pode haver mudança de rumo. Agora, sabe por que não há falência? O senhor foi correto ao dizer que não se lembra. É porque, de fato, está caracterizado o cartel, como o Relator observou no início. Porque, veja, a indústria — o senhor disse — é a indústria que dita o preço. Foi muito importante. O senhor disse mais: fornecendo ou não planilha de custos.

O SR. NICOLAU CURY - Eu não, eu não conheço essa parte.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É, mas o senhor disse. O senhor não conhece. Fornecendo ou não. Porque o senhor não conhece. Mas tudo bem. Mas é o fato. É a indústria que define o preço. É a indústria que define qual é a margem de lucro da distribuidora e também é a indústria que define a margem de lucro de farmácia. O senhor concorda com isso?

O SR. NICOLAU CURY - Aí é a Portaria 37 que define.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso. A portaria 37 dá todo o poder à indústria. Sob esse aspecto, o senhor acredita?... E o senhor inclusive falou: olha, não pode haver uma desregulamentação. O senhor falou: há alguns países que têm algum tipo de controle. Que tipo de controle o senhor proporia para a questão de fármacos, de medicamentos no Brasil?

O SR. NICOLAU CURY - Eu acho que a apresentação das planilhas detalhadas de custos seria um passo importante. É sabido que as matérias-primas representam uma parcela reduzida do produto. A maior parte do preço do produto é representada pela pesquisa, pelos custos de pesquisa, elaborados...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É o que dizem

O SR. NICOLAU CURY - ...feitos pela indústria, certo?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É o que dizem.

O SR. NICOLAU CURY - Agora, existem produtos... E a **Folha** de ontem trouxe um trabalho comparativo dos custos da dipirona, que, importada diretamente da matriz de um laboratório, custa "x" ou "y", certo? E, evidentemente, essa matéria-prima é purificada, tem características de qualidade e segurança. Mas outros laboratórios idôneos também têm a mesma matéria-prima a um custo

diferente. Mas o que me chamou mais a atenção no caso é que um quilo de dipirona custa 6 ou 16 dólares. Isto, minha gente...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não é verdade.

O SR. NICOLAU CURY - Bom, não sei. Eu não entro nesse mérito, mas eu diria que dá para fazer um caminhão de dipirona, de produto, certo? Ah, mas tem a embalagem, tem a bula, tem a participação do distribuidor que vai entregar, tem a margem do varejista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço a ambos os três, né, que concluam.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Posso fazer uma última pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Uma pergunta.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Agora, ao Sr. Gilberto. Agradeço, Presidente. Seu Gilberto, o senhor acha justo que o assalariado seja descontado na fonte e a indústria farmacêutica, ao mesmo tempo que seja a de tem mais lucro, porque a indústria do tabaco, a indústria da bebida, segundo o Secretário Everardo Maciel... O senhor acha justo que uma empresa que fatura mais de 1 bi, digamos contabilmente tenha condições de apresentar um pequeno prejuízo e não pagar um centavo de imposto de renda? O senhor acha que isso é bom para o País? O senhor acha que isso é justo para o País que tem a pior distribuição de renda do planeta?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Excelência, eu citei o quanto foi recolhido de impostos e gostaria de reforçar...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Imposto de renda.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - ... que o imposto de renda não é o maior imposto. Pelo contrário, é o menor imposto. A atividade de atacado...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O meu é o maior.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - ... se o senhor for observar, a atividade é de grande faturamento, e os impostos sobre venda são muito maiores do que qualquer outro imposto. Nós temos — até para complementar a resposta do Dr. Nicolau Cury e a sua pergunta —, nós tivemos duas grandes distribuidoras no Brasil que quebraram. Grandes. Uma foi à falência e outra encerrou suas atividades recentemente. Então, é um negócio que é de altíssimo risco porque a margem é muito pequena. Então, no nosso entendimento, é muito fácil...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Quais são as duas que o senhor citou?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Eu posso citar a que quebrou: a Drogafarma. Acho que naquele momento estava, há uns 4 anos atrás, não sei exatamente a data...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A Drogafarma do Paraná?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não, a Drogafarma de, da Bahia. Eles tinham várias sedes.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Da Bahia?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Eles quebraram. Era uma distribuidora que chegou à segunda ou à primeira do País. Isso o Dr. Nicolau confirma. Ela chegou a ser a primeira...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas era bom que o senhor... Veja, a tese que nós estamos aqui procurando identificar na CPI é a formação de cartel. Quando o senhor cita essas duas empresas, era bom o senhor dizer o que o senhor sabe além delas terem quebrado, porque eu não domino, mas ouvi aqui de companheiros, que poderão depois abordar, é que se meteram em negócios que não foram só a questão do distribuidor. Porque pode ser mal administrada até por outros eventos ilegais. O senhor sabe por que elas foram à falência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É, o negócio por melhor que seja não resiste à incompetência, não é isso? Bom, mas o problema é o seguinte: eu quero que encerrem...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É que ele não respondeu se ele acha justo ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor pode responder?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Veja, o nosso interesse é de que nós tenhamos o maior lucro possível. Não foi possível. Isso significa que nós investimos...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas o senhor acha que é uma boa legislação uma empresa, com mais de 1 bilhão de faturamento não pagar imposto de renda? Pergunto ao Sr. Nicolau: o senhor acha isso bom para o País?

O SR. NICOLAU CURY - Na verdade, o comércio tem os seus riscos. É pra ganhar ou pra perder. Alguns ganham, outros perdem. Eu não tenho como avaliar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, cada um tire a sua conclusão. Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin. Os outros Deputados poderão aprofundar se o desejarem. Eu peço escusas, mas já se foram dezoito minutos e o máximo seriam doze, entendeu? Obrigado a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de iniciar a pergunta aos dois, a quem eu peço que sejam extremamente sucintos. Que falassem rapidamente sobre o relacionamento entre a distribuição, as distribuidoras, e os laboratórios. Se há diferença nesse relacionamento entre laboratórios grandes e laboratórios menores. Se há, por parte de laboratórios grandes, uma política posta em prática pra manter aquela fatia no mercado e exigir da distribuição que não comercializem, que não trabalhem com produtos advindos dos laboratórios nacionais, muitas vezes os similares dos medicamentos chamados medicamentos de marca ou medicamentos de referência.

O SR. NICOLAU CURY - Eu posso responder dizendo-lhe o seguinte: as grandes empresas, na verdade, têm objetivos fixados até pelas suas matrizes no exterior de venda e procuram, na medida do possível, transferir a responsabilidade para os distribuidores contratados para fazer a comercialização, para fazer o trabalho de distribuição. Ainda que os distribuidores não gerem nenhum tipo de demanda, a demanda é gerada pelo médico que recebe o produto, certo? Eles procuram colocar volumes junto à distribuição, no sentido de que as farmácias estejam sempre muito bem abastecidas, certo? E as farmácias, na verdade, hoje não estão suportando, vamos dizer assim, absorver as quantidades que se pretende atingir.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Em outras palavras, Dr. Nicolau, o senhor nos diz que os laboratórios, no geral os grandes e os multinacionais, eles trabalham com quotas mínimas que cada distribuidor teria que cumprir...

O SR. NICOLAU CURY - Sim, absorver.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... ou adquirir?

O SR. NICOLAU CURY - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Trabalham com quotas?

O SR. NICOLAU CURY - Trabalham.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Nós já tínhamos ouvido isto aqui de representantes de outras distribuidoras.

O SR. NICOLAU CURY - Certo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, o senhor confirma?

O SR. NICOLAU CURY - Confirmo, sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E quando a quota não é atingida, o que que pode acarretar isso à distribuidora?

O SR. NICOLAU CURY - O que às vezes acontece é que a distribuição se vê compelida, às vezes, a fazer promoções, descontos que às vezes até podem resultar no prejuízo — desculpe se eu estou falando a respeito da sua empresa — que a Santa Cruz pode ter sofrido, certo, pra desovar esses estoques para as farmácias. Até pode acontecer essa situação.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu agradeço sua resposta. Eu acho que nem carece do representante da Distribuidora Santa Cruz... A não ser que ele tenha uma opinião divergente.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Concorda. Então, eu pergunto do senhor, Sr. Gilberto, se nos últimos anos, se a sua distribuidora mudou a política diante aos grandes laboratórios?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Excelência, política em relação a que assunto?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A aquisição de produtos, de insumos dos grandes laboratórios.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não, a política tem sido a mesma. São negociações. Como o Dr. Nicolau colocou, existem algumas quotas das indústrias e nós procuramos absorver, tentando ajustar a demanda de mercado, sempre que possível, né?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, o senhor poderia comentar pra os Deputados desta CPI o que que quis dizer o Sr. Júlio. Júlio é um gerente de um grande laboratório, que participou, no mês de julho do ano passado, de uma reunião de gerentes de grandes laboratórios que aconteceu na cidade de São Paulo. Esse Sr. Júlio, ele levantou a preocupação com a distribuição geral no Brasil e citou o exemplo da posição radical da Santa Cruz, com uma política severa de redução de estoques. Aí eles colocam, entre parênteses: "Precisamos identificar melhor os fatos que têm levado a Santa Cruz a adotar essa política". Que mudança radical foi essa da Santa Cruz?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Na verdade, não é uma mudança radical, mas uma necessidade grande de capital de giro. E essa é uma das razões que a empresa... Nós acabamos tendo algumas dificuldades e encerramos um exercício sem lucro, em função de uma série de fatores, e um dos fatores é o componente do custo financeiro da manutenção dos estoques, que são cifras elevadas. Nós recebemos um prazo da indústria aproximadamente de vinte dias, mantemos o estoque nessa mesma proporção e vendemos pra farmácia com prazo de aproximadamente trinta dias. Significa...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Aí entra na questão da quota que os laboratórios estipulam, seria isso?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não, não é relativo à quota, mas significa que nós bancamos um prazo pra farmácia de aproximadamente um mês. Esse é um custo financeiro que nós temos. Então, quando cita de que é uma posição radical não é porque nós acordamos inspirados num dia querendo reduzir o estoque. É por pura e absoluta necessidade em função dos resultados. Não é muito fácil a gente administrar um negócio que tem grandes volumes com um resultado muito pequeno. Quer dizer, a diferença do lucro e do prejuízo às vezes é um soluço. É... Qualquer má gestão de qualquer dos componentes do nosso negócio pode resultar num prejuízo. Então, eu até não, não sei dizer ao que que essa pessoa se refere na ata, mas tentando interpretar, explicando a posição da Santa Cruz em relação à gestão dos estoques é que nós entendemos que é necessário o estoque reduzido ou ajustado pra que o custo financeiro desse estoque seja o mínimo possível. E que isso, com certeza, se nós conseguirmos uma gestão de estoques muito boa, conseguirmos reduzir esse custo financeiro, provavelmente isso resulta num lucro ou pelo menos numa possibilidade de lucro maior ao final do ano.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E a sua empresa sofreu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu, eu vou pedir o seguinte: eu estou sendo avisado que o Presidente da Câmara pediu pra gente suspender as reuniões porque ele vai abrir a Ordem do Dia, entendeu? Bem, então, eu queria propor à Deputada se pudesse concluir em três minutos e aos nobres Deputados que a gente desse uns três ou quatro minutinhos cada um pra todo mundo poder falar. Posso contar? V.Exa. ocupa por seis minutos...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Teria mais três pra concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se V.Exa. concordar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, eu vou, eu vou reformular. Seguidamente aos meu questionamentos, às minhas perguntas, eles respondem também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bem, tá certo. Então tá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... de forma seguida. A gente tem ouvido aqui uma série de denúncias de alguns laboratórios nacionais, particularmente dois, Teuto e Neo Química, de que estariam sofrendo recusa por parte da distribuição...

(Não identificado) - Absolutamente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN -... em relação à comercialização de seus produtos. Se as duas distribuidoras apresentaram alguma redução durante, a partir de agosto do ano passado, julho do ano passado, em relação a esses dois laboratórios, pra venderem ou deixarem de vender, de comercializar esses tipos de produtos desses dois laboratórios. O segundo questionamento: se é comum a prática de reuniões entre distribuidores e a indústria do setor farmacêutico, as grandes. E, se for comum, o que é que se discute nessas reuniões. Um terceiro questionamento: os laboratório que trabalham com bonificação, foi muito dito aqui, mas e os grandes laboratório, eles dão descontos? Os grandes laboratórios, aqueles que comercializam marcas, medicamentos de marca, dão descontos? É comum esses descontos? Até quando chega, até quanto chega esses descontos? Porque falamos em bonificação, mas eu não vejo diferença nenhuma numa bonificação e num desconto de 50%. Então, se também os grandes laboratórios têm esse tipo de prática? Obrigado, Sr. Presidente. Aguardo as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputada. Com a palavra o Nicolau.

O SR. NICOLAU CURY - Eu posso dizer que nós trabalhamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, tem V.Exa. a palavra. Perdão.

O SR. NICOLAU CURY - Nós trabalhamos com o Teuto, com a Nova Química, com o EMS e aguardamos ansiosamente a entrega que eles nos fizeram

dos produtos genéricos, certo? Estamos trabalhando com os produtos genéricos e com excelente aceitação no mercado. Em relação... A outra pergunta?

(Intervenção inaudível.)

O SR. NICOLAU CURY - Ah, em relação às reuniões, periodicamente algumas empresas, como a Janssen, reúne os distribuidores do Brasil todo para analisar o mercado. E geralmente nessas reuniões ocorrer uma palestra de um economista, de um administrador de empresas, às vezes de um psicólogo pra motivar os participantes e trazer novas informações também para os distribuidores. Isso tem acontecido, no caso da Janssen, no caso da... me foge agora o nome, mas de várias... Várias, várias empresas realizam essas reuniões periodicamente. Até recebi recentemente um convite do Teuto para uma reunião em Goiás, certo, em que ele pretende reunir todos os distribuidores, naturalmente para apresentar a situação da empresa, dos produtos, essa coisa toda. Mas eu acho que isso é uma reunião absolutamente normal. Não se constitui nada que possa ser condenado, porque não há oportunidade de traçar planos para prejudicar o mercado, absolutamente. Apenas para motivar a comercialização, incrementar os negócios e analisar o próprio mercado. Em termos de desconto, acontecem, sim, certo? Por exemplo, a Novalgina. Até recentemente saíram publicações dizendo que...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A Novalgina é a dipirona dos dezesseis dólares o quilo.

O SR. NICOLAU CURY - Pois é, a dipirona. Pois é, mas há propostas de descontos para ser repassado à farmácia, para que, por sua vez, repasse para o consumidor. Se, de fato, o desconto chega ao bolso do consumidor, eu não sei. Mas, muitas vezes, chega mesmo. Às vezes a gente vê placas de ofertas, de propostas nas portas das farmácias, justamente oferecendo descontos para atrair o consumidor para aquela farmácia e não para a outra que não está oferecendo o desconto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Gilberto.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Com relação à indústria Teuto, nós trabalhamos com a linha dos genéricos, trabalhamos com a linha de receituário, que eles chamam que é a linha andrônaco, e trabalhamos com a linha OTC, que eles têm acho que um produto chamado Hipodermo. Com relação aos eventos da indústria, endosso as palavras do Dr. Nicolau. Existem várias indústrias que muitas

vezes fazem reuniões para apresentar um novo produto, um lançamento, como é que eles pretendem colocar esse produto no mercado, nas farmácias. E muitas reuniões são reuniões até de..., como ele falou, passando algumas informações, com orientação, algumas palestras e assim por diante. Qual era a outra pergunta, Excelência?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sobre os descontos.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Ah, os descontos. Os descontos... as indústrias repassam descontos da mesma forma. Não teria muito o que acrescentar ao que já foi colocado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, hein? V.Exa. não me deu nem os três minutos. Gastou os doze inteirinhos. Obrigado. Deputado Márcio, peço a cooperação de V.Exa., então. Obrigado.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Eu vou fazer as perguntas para ambos. Eu vou formulando as perguntas e depois eu aguardo a resposta. Existe uma prática de algumas farmácias em adquirir medicamentos via hospitais — ou o laboratório vende para os hospitais e esses repassam às farmácias, ou a distribuidora vende para hospitais e repassam à farmácia. Isso num mecanismo de se beneficiar de algum desconto tributário. Então, eu gostaria de ouvir dos senhores alguma coisa com relação a isso. Aqui foi falada alguma coisa, mas deve existir um controle do caminho daquele produto que saiu do laboratório, foi até a distribuidora, da distribuidora foi à farmácia, da farmácia ao consumidor. Quer dizer, é possível ter esse... saber qual o caminho percorrido por aquele vidro de remédio, concorda? Os senhores não acham que a chave para o controle do medicamento roubado está na eficiência desse mecanismo? Sendo que o lote, lote em códigos de barras, por exemplo, acho que daria uma eficiência muito grande para que realmente acabasse com o caminho alternativo. Eu gostaria de ouvir alguma coisa dos senhores sobre isso. E outra é o seguinte: eu acho que tanto o laboratório nacional, como o transnacional têm práticas diversas de lesa-pátria. Infelizmente, o que pude observar, além dos transnacionais, os nacionais, principalmente os nacionais, é o que fazem a propaganda mais antiética existente, que é justamente aquele que faz a propaganda diretamente ao balconista da farmácia, que, às vezes, não tem uma formação científica mais apurada, ou nenhuma. E o transnacional, ele faz a propaganda em cima do médico, que também não está saindo da faculdade com todas essas aptidões em termos de conhecimento de farmacologia. O que que os

senhores acham de que toda a propaganda deveria ser feita de uma maneira ética e científica ao médico e ao farmacêutico responsável, e que todo o medicamento, para chegar no consumidor, obrigatoriamente deveria passar por uma distribuidora, para evitar esses desmandos dos caminhos anômalos percorridos por esses, por esses produtos farmacêuticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Eu peço aos depoentes a síntese necessária para responder, porque nós precisamos encerrar a reunião.

O SR. NICOLAU CURY - Em relação à possível aquisição de produtos pelas farmácias através de hospitais, eu não tenho como esclarecer nada, porque a nossa empresa não efetua vendas hospitalares, a hospitais. Pode ser que algumas farmácias usem esse método para fugir do pagamento de imposto, mas não é o nosso caso. Não tenho, não tenho como esclarecer isso. Em relação ao controle, eu acho que ele tem que existir. E, de fato, hoje, acredito que 80% dos medicamentos passam pelas distribuidoras. A adoção do código de barra, como já foi adotado em todos os produtos vendidos em supermercados, certo, com as características do lote de medicamento, é fundamental. Isso seria fundamental. Mas a EAN, que é a empresa internacional que cuida disso, ela ainda não disponibilizou esse produto, porque envolve, inclusive, a substituição dos equipamentos de leitura, porque os equipamentos todos de leitura ótica estão preparados para leitura do código atual, que é da EAN 13 — uma coisa assim. A substituição por outro mais amplo, mais completo exige uma mudança a nível internacional. No mundo todo teria que mudar. Então, esse é um processo um pouco lento. Havia alguma promessa de que fosse implantado em abril deste ano, mas não acredito que possa acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Gilberto.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - A primeira pergunta, realmente, eu desconheço a prática dessa venda via hospital. Na questão do controle, a Portaria 802 estabelece que todos os produtos devem ser rastreados. Então, há um controle do lote. O problema que nós temos hoje é que, muitas vezes, os lotes são muito grandes, e quando há um certo roubo, uma parte desse lote é roubada, e a outra parte são produtos normais de comercialização. Isso gera uma certa confusão. Não sei se respondi, ou se agregaria alguma coisa a mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado Márcio. Com a palavra o nobre Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, bem rápido aos dois depoentes, os dois convidados aliás. Dr. Gilberto e Dr. Nicolau, ambos possuem contas bancárias no exterior? Sim ou não?

O SR. NICOLAU CURY- Não.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Das cargas roubadas, tem cargas específicas, entorpecentes e psicotrópicos, das cargas roubadas?

O SR. NICOLAU CURY - Não. Algumas vezes, acontece de algum produto controlado estar incluído na carga.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Mas não é específico só de entorpecentes?

O SR. NICOLAU CURY- Não, absolutamente. Não, de modo algum.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Vai com outros produtos farmacêuticos?

O SR. NICOLAU CURY - De modo algum.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não existe carga especial. Existem as encomendas das farmácias, que vão todos os produtos dentro das suas necessidades. Então, quando rouba uma carga, rouba um pouco de tudo.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Pode psicotrópico, pode, sim ou não?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Pode OTC, pode ir perfumaria, pode ir sabonete, xampu, pode ir medicamento.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - O.k. O Sr. Nicolau tem algum processo, alguma pendência, algum questionamento junto à Receita Federal nos últimos cinco anos?

O SR. NICOLAU CURY - Graças a Deus, nenhum. Espero não ter.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Pois não. O Dr. Gilberto?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Também não temos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - No tocante à margem de distribuição, ambos concordam que não existe especificamente um percentual

que a gente possa ter como participação que interfere no preço máximo do medicamento. Existe, não existe nenhuma planilha que nos dê, assim, uma margem de segurança? Qual é a margem da distribuição no preço final do medicamento? Tem alguma planilha nesse sentido ou não?

O SR. NICOLAU CURY - Não, no preço final do medicamento, nós não interferimos, o preço final é fixado pela indústria. Nós só temos um desconto concedido pela indústria para a cobertura dos nossos, das nossas despesas operacionais, pagamento dos tributos e eventual lucro.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Da mesma forma, nós não fazemos o preço, nós recebemos esse desconto, que é o desconto que cobre os nossos custos. Pelo menos, a intenção é que cubram os custos da nossa logística de distribuição para as farmácias.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - São duas perguntinhas agora à Santa Cruz. O senhor recebeu incentivos para implantar filiais em outros Estados?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não, nós não recebemos incentivos para implantação de filiais.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Certo. E o porquê de não continuar com o seguro no tocante de cargas?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Nós sempre tivemos seguro até setembro do ano passado. Nós passamos por várias seguradoras. Quando uma seguradora cancelava apólice, nós buscávamos outra, e passamos por inúmeras seguradoras. Em função, acredito eu, do alto índice de sinistro, nós perdemos o seguro o ano passado, em setembro, e, de lá para cá, nós não conseguimos renovar. E nós temos intensificado todas as práticas, todas as tecnologias disponíveis para prevenção. Na verdade, se formos analisar, o seguro é um tratamento corretivo, tentando recuperar o prejuízo. O que se tem que fazer é, na linha de prevenção do roubo, usando a tecnologia, usando todos meios necessários para que se não tenha o roubo. Porque o fato de existir muito roubo é que desestimula a seguradora a fazer seguro de alguma coisa que ela tem certeza que ela vai ter prejuízo, que vai ser roubada.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - O.k., entendi. Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado Raimundo Gomes de Matos. Com a palavra o nobre Deputado Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, senhores expositores, hoje, Sr. Nicolau, Sr. Gilberto, perguntar uma série de perguntas rápidas aos senhores. O senhor teme a força das indústrias nacionais e estrangeiras sobre a distribuidora, as distribuidoras como forma de pressão?

O SR. NICOLAU CURY - Não. Não temo. Ao contrário, eu as tenho como parceiras de negócio. Porque acredito que, assim como nós dependemos do nosso fornecedor para podermos ter a mercadoria pra vender, eles também dependem do trabalho que nós fazemos para eles.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Então, como é que o senhor explica que algumas indústrias proíbem a venda através de distribuidores?

O SR. NICOLAU CURY - Eu não conheço nenhuma que...

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Existe uma ação, em São José do Rio Preto, da Medical, o senhor conhece a Medical? É uma distribuidora.

O SR. NICOLAU CURY - Conheço. Conheço.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Tá processando a BMS porque, a Bristol Myers Squibb porque não deixa vender os seus produtos, ou não deixa distribuir seus produtos. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. NICOLAU CURY - Não conheço.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - E a sua empresa, a sua também tem algum problema com as grandes indústrias nacionais e multinacionais?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Não, desconheço esse fato, da Medical, dessa empresa.

O SR. NICOLAU CURY - A Farmed distribui os produtos de todos os laboratórios. Nós não temos nenhuma restrição.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor poderia nos enviar, então, notas da Aché deste ano, do ano 2000?

O SR. NICOLAU CURY - Posso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor também?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Podemos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Não tem problema? A Aché vende para todos os distribuidores nacionais?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Trabalhamos, nós trabalhamos com a Aché. E posso lhe enviar as notas fiscais de compra do Aché.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Houve alguma pressão para os senhores, através das suas grandes distribuidores, após agosto, haver uma reunião de 21 laboratórios multinacionais, houve alguma pressão para que vocês, que vocês evitassem de distribuir remédios genéricos?

O SR. NICOLAU CURY - Absolutamente. Porque, na época, nem os genéricos existiam. Eles vieram a existir mais recentemente. Até hoje, são vinte que estão licenciados no mercado. O que acontece, o que acontecia anteriormente era a existência de produtos similares. O próprio Aché, que o senhor mencionou, produz medicamentos similares a outros que existem no mercado, certo, e nós sempre trabalhamos com eles.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Hoje em dia está havendo alguma pressão das multinacionais ou de empresas nacionais, dificultando alguma distribuidora que passe a distribuir medicamentos genéricos?

O SR. NICOLAU CURY - Não, de que eu tenha conhecimento, não.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Da mesma forma, não temos nem, não temos recebido nenhum tipo de pressão.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor alguma vez foi impedido de dar desconto a redes de farmácias por alguma indústria nacional ou multinacional?

O SR. NICOLAU CURY - Não, nenhuma delas interfere na nossa relação comercial. Nem poderíamos admitir isso, porque nós somos comerciantes. Nós compramos o produto e não temos por que prestar contas à indústria se demos ou deixamos de dar desconto.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Algumas indústrias farmacêuticas impedem que as distribuidoras vendam produtos de algumas dessas respectivas indústrias a redes de farmácias?

O SR. NICOLAU CURY - Existem alguns casos em que...

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Quais casos, senhor?

O SR. NICOLAU CURY - A Aché, por exemplo, tem três clientes que são considerados exclusivos dele, Drogaria São Paulo, a Raia e... Drogaria São Paulo,

Raia e Drogasil, são três empresas grandes de São Paulo, que são abastecidas diretamente pela indústria.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor sabe que desconto eles praticam com essas redes? São iguais aos dos senhores distribuidores ou são menores?

O SR. NICOLAU CURY - Às vezes, são iguais e, às vezes, menores. Eu não tenho acesso a essa informação...

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Seria essa a razão que eles impedem que os distribuidores, que praticam descontos menores a essas redes de farmácia? Seria por isso?

O SR. NICOLAU CURY - Mas me parece, não tenho, não posso afirmar com segurança, mas me parece que o desconto concedido pelo Aché às redes é de 8%, enquanto ele nos concede 12%. Esse é o diferencial que existe. Agora, acontece que nós temos um custo adicional muito maior, nós não poderíamos nem sequer oferecer os 8% para a Drogasil, por exemplo, porque, dos 12%, nós temos que tirar todos os impostos que nós pagamos. Esses impostos representam mais do que a diferença de 4%.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Existe alguma diferença dos distribuidores nacionais em termos de produtos farmacêuticos? Parece que há uma, há uma associação de distribuidores de produtos nacionais. Eu gostaria que o senhor explicasse um pouquinho mais, se existe diferença na qualidade da distribuidora. Por que existe essa diferença e duas associações?

O SR. NICOLAU CURY - Existe uma associação dedicada aos distribuidores voltados exclusivamente para os produtos bonificados. E, evidentemente, os produtos bonificados exigem um trabalho diferenciado junto à farmácia.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Que serviço é esse?

O SR. NICOLAU CURY - O representante tem que mostrar, passar todas as informações. É um trabalho lento, demorado, de esclarecimento ao farmacêutico, para que ele adquira aquela mercadoria. Não é o caso dos produtos das multinacionais, dos produtos similares, produtos de marca, que são já conhecidos, e a venda é muito mais rápida, muito mais ágil. É feita até mesmo por telefone, ou até por **fax** ou através de comunicação direta entre computadores.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, eu só queria dizer que essa é a aula da bonificação. O que nós acabamos de ouvir, esses

depoimentos, a última parte, que a ABRADILAN, essa é a Associação Brasileira de Distribuidores dos Laboratórios Nacionais, mas eu estou vendo que não são apenas nacionais, são nacionais que praticam a bonificação. Então, quando eles chegam às farmácias eles praticam a aula, um decálogo, provavelmente, sobre como se faz a bonificação. Eu estou satisfeito com as respostas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Eu vou fazer só duas perguntas para encerrar. A primeira é se os senhores gostariam e poderiam, gostariam de mandar os últimos cinco balanços de lucros e dos impostos pagos. É para efeito de comparação, não é? E os faturamentos, naturalmente é faturamento e lucro que nos interessa e imposto pago, tanto a título de impostos, ICMS, outros impostos. Gostaria de fazer esse pedido aos senhores, entendeu? É faturamento ano a ano; é lucro ano a ano; é impostos ano a ano, pago. E evidentemente que, nessa matéria de lucro, eu gostaria, eu não fiquei satisfeito porque senti dos laboratórios Santa Cruz, que, aparentemente, deu prejuízo, mas fez um enorme investimento. A legislação protege enormemente os investimentos, mas, então, a empresa não deu prejuízo, ela teve investimentos, ela computou como despesas, mas, na verdade, é lucro. E a segunda pergunta que eu gostaria de fazer, última, é a seguinte: nós achamos — e os senhores concordam — que há um índice de carga, de aumento de roubos de carga crescente no País. Tanto é crescente que as seguradoras aumentam e se retiram. Esses medicamentos não são necessariamente... Claro, ninguém rouba para jogar no rio, ou no lixo. Como é que os senhores imaginam, que contribuição os senhores podiam dar, pela experiência que têm no mercado com as farmácias e tudo o mais, como é que ele volta à farmácia? Há distribuidoras que praticam isso — são receptadoras —, há distribuidoras clandestinas, ou isso é vendido diretamente à farmácia? Porque eu, desde logo, excluo a venda direta ao consumidor. O que que os senhores podem dizer, cada um? Dr. Nicolau.

O SR. NICOLAU CURY - Lamentavelmente, não tenho muito para contribuir, porque nós temos sido vítimas dos jogos, temos procurado combatê-lo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor acha que quem é que tem essa informação?

O SR. NICOLAU CURY - Só a Polícia talvez tenha alguma informação. Nós não temos recursos pra isso. Nós temos insistido em procurar, temos sido obrigados a implantar, como disse o Gilberto, esquemas de segurança, temos que

partilhar a carga em vários veículos para reduzir o risco. Aliás, isto é exigência até das companhias seguradoras, porque elas limitam a carga por veículo. Mas nós não temos realmente condições de identificar quem sejam esses receptadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - À primeira pergunta o senhor responde "sim"? De enviar os documentos, sim?

O SR. NICOLAU CURY - Ah, perfeitamente, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E o senhor, Dr. Gilberto?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Também, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E a segunda, o que que o senhor tem a dizer?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Eu diria o seguinte: da questão dos roubos, pouca informação a gente tem. E eu acho que isso é um caso que a Polícia provavelmente investiga e tudo o mais, talvez tenha muito mais colaborações com essa Comissão. Com relação ao que o senhor colocou dos investimentos, eu até gostaria de colocar o seguinte: nós gastamos, no ano de 1999, 1 milhão, 750 mil reais em segurança patrimonial. O que significa segurança patrimonial? São guardas armados, com veículos, que fazem as escoltas, é o rastreamento, quer dizer, a comunicação da empresa ao satélite e ao caminhão, todo o envolvimento de cargas. E esse valor... Se, por acaso, o Estado fizesse a sua parte com relação à segurança, nós teríamos esse valor de 1 milhão, 750 no lucro da empresa, e que geraria Imposto de Renda sobre esse valor. Então, só pra deixar claro, Sr. Presidente, a questão do investimento, o que eu quero dizer é em relação à despesa que a empresa tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu só gostaria de dizer ao senhor o seguinte: o Estado pode fazer a parte, mas eu tenho informações — também não posso provar — de que há pessoas que têm interesse nesses assaltos e que estimulam esses assaltos.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Olha, acho que aí o Estado, a Polícia tem que investigar. Porque nós temos, nós temos sido vítimas, e o que nós temos feito (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - No caso dos senhores, eu não tenho nenhuma dúvida. É que essa informação a gente tem — também não pode provar — que é uma boa forma, muitas vezes, de um laboratório, de uma

distribuidora dar fim ou dar rumo, ou sair pela tangente, ou não pagar impostos ou sonegar lá na frente, entendeu?

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Só para esclarecer, Sr. Presidente, só um minutinho, nós gastamos 3 milhões de reais entre despesas com segurança e o seguro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se o senhor nos fornecer as informações,...

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...o senhor pode nos traduzir isso aí.

O SR. GILBERTO MAIA FILHO - Posso fornecer. Esse valor de 3 milhões, que envolve seguro e a despesa com segurança, é um valor que sai do lucro da empresa e que, necessariamente, não deveria sair do lucro da empresa. Mas nós arcamos com esse ônus, que entendemos muito pesado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Muito obrigado ao Dr. Nicolau Cury e ao Dr. Gilberto Maia pelas informações. Obrigado a todos, e, nada mais havendo a tratar, eu vou convocar uma reunião para amanhã, às 10h, com a seguinte Ordem do Dia, nesse plenário: tomada de depoimento das seguintes pessoas: Ronaldo Gazolla, Secretário Municipal de Saúde do Rio de Janeiro; Dante Alario Júnior, Diretor-Presidente da Biolab Sanus Farmacêutica; Sr. Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, Presidente do Laboratório Neo Química; Sr. Valteci de Mello, Presidente do Laboratório Teuto Brasileiro; Sr. Maurício Cerginner, Presidente da Barrier Comércio e Serviços; e Sr. Gilberto Pereira, Presidente da Medita Representações. Agradeço a presença de todos os senhores. Está encerrada a presente reunião. Obrigado.